



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça
Número: 003.0.1373/2019 Original
Nº Apenso: 003.0.21565/2017
Data: 22/1/2019 Hora: 16:37

Assunto/Área 930031: Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços
Materiais/Aquisição de Materiais

Movimento 920341: REQUERIMENTO/ SOLICITAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

*de acordo com a taxonomia da Tabela de gestão Administrativa da CNM

VALOR LIMITE: R\$17.600,00 (Lei nº 9.433/2005 e Decreto nº 18.489 de 12/07/2018)

Unidade executora:

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Objeto:

LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS

Número da autorização:

DADM-002/2019

Finalidade/objetivo da contratação/aquisição:

FUNCIONAMENTO DA PJR BRUMADO

Fundamentação legal. Lei nº 9.433/05, art. 59, incisos:

- ☐ I - Obras e serviços de engenharia, desde que não se refiram a uma mesma obra/serviço ou de mesma natureza e local que possa ser realizado conjunta e concomitantemente;
- ☐ II - Contratação de serviços e compras, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço/compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
- ☒ Outros.

(Obrigatório anexar parecer jurídico e publicar na imprensa oficial.)

PROPOSTAS APRESENTADAS/ORÇAMENTOS ANEXOS:

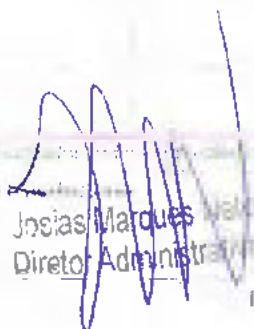
Item	Fornecedor (Nome/razão social)	Valor total (R\$)	Prazo de entrega
01 LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS	VALDIQUE LIMA DIAS SOARES	210.000,00	

Observação: caso o espaço não seja suficiente para as propostas, utilizar o formulário próprio para anexos.

Critério de seleção dos fornecedores de acordo com o objeto, finalidade, objetivos e avaliação das propostas apresentadas.

Proposta recebida

Valor da proposta	Proposta	Valor unitário	Valor total
VALOR QUE	VALOR QUE	VALOR QUE	VALOR QUE


 Josias Marques Neto
 Diretor Administrativo

Informações complementares da proposta

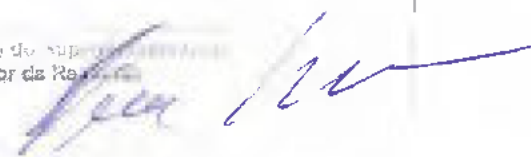
Descrição do objeto	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Manutenção de serviços técnicos e administrativos	2000	339036,00	\$ 2.882.964,47

Responsável pela informação:

 22/01/2020
 Maria B. Franco
 Gerente
 Cad. 351.470
 047.351.470
 Gerente
 M. Maria B. Franco


 Josias Marques Neto
 Diretor Administrativo

Autorização de Suplente
 Coordenador da Região



*Utilizar impressão em papel branco

OFÍCIO Nº 075-08/2017.

Brumado(BA), 25 de agosto de 2017

À

EXCELENTÍSSIMA SENHORA

DRA. EDIENE SANTOS LOUSADO

MD. PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

SALVADOR - BA

Ministério Público do Estado da Bahia

Procuradoria-Geral de Justiça

Número: **003.0.21565/2017** Original

Data: 31/8/2017 Hora: 11:51

Qt. Vol.: Recebido por: edsonsantos

Assunto: Mudança sede Escritório Regional de Brumado

Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral,

Cumprimentando-a cordialmente, sirvo-me do presente expediente para expor a situação abaixo, solicitando, respeitosamente, especial atenção desta eminente Procuradoria-Geral de Justiça ao caso.

A sede da Promotoria de Justiça Regional de Brumado, destinada às atividades de quatro Promotorias de Justiça e seus serviços auxiliares, está instalada em um imóvel alugado desde o ano de 2007, sendo que, para seu regular funcionamento, dispõe atualmente de 04 (quatro) gabinetes, 01 (uma) sala da gerência/apoio e 01 (uma) sala de apoio/recepção, bem como de uma sala de reunião, um almoxarifado/arquivo, uma copa/cozinha, uma sala de espera e três banheiros,

Ocorre que, quando da inauguração da sede há uma década atrás, este Escritório Regional contava apenas com duas Promotorias de Justiça, e seu quadro de pessoal era composto por apenas 02 (dois) membros e 04 (quatro) servidores.

Contudo, com o passar do tempo, a unidade foi crescendo, sendo instalada mais duas Promotorias de Justiça e recebendo o apoio de novos servidores, de estagiários e prestadores de serviços terceirizados, de modo que, atualmente, a Promotoria Regional de Brumado encontra-se diariamente ocupada por 17 (dezessete) pessoas.



Para melhor ilustrar a situação atual, foi elaborada a tabela abaixo, no qual apresenta a distribuição de pessoal por ambiente.

AMBIENTE	OCUPANTES
Gabinete 1ª PJ	01 Promotor / 01 Estagiário de Direito
Gabinete 2ª PJ	01 Analista Jurídico / 02 Estagiários de Direito
Gabinete 3ª PJ	01 Promotor / 01 Estagiária de Direito
Gabinete 4ª PJ	02 Assistentes Técnicos
Gerência/Apoio	01 Gerente / 01 Assistente-Técnico
Apoio / Recepção	02 Assistentes-Técnicos / 02 Estagiários de nível médio
Sala de Espera	01 Vigilante
Copa / Cozinha	01 Auxiliar de Serviços-Gerais

Há de ser registrar, ainda, como demonstrado acima, que, ante a ausência de espaço físico, foi necessária a ocupação provisória de dois gabinetes de Promotores de Justiça por servidores e estagiários, possível apenas pelo fato de que os dois Promotores atuais acumulam as funções das outras duas Promotorias de Justiça.

Entretanto, caso estas Promotorias sejam providas por novos membros, o espaço ficará com uma taxa de ocupação muito elevada.

Registre-se, por oportuno, que os demais ambientes (copa/cozinha, almoxarifado/arquivo e sala de espera) não são passíveis de serem adaptados para uso por membros e servidores.

Por sua vez, a sala de reunião, como único espaço possível para ser ocupado por servidores e estagiários, perderia sua função de único ambiente disponível no órgão para realização das reuniões da regional, de reuniões diversas e realização de videoconferências.

Ademais, há de se pontuar, ainda, que o atual imóvel não possui acessibilidade, o que dificulta o acesso de portadores de necessidades especiais às instalações do órgão, o que implica, inclusive, em constrangimento a este subscritor em adotar medidas no interesse deles, uma vez que o próprio Ministério Público em Brumado não possui condições de atender adequadamente este público.



Por outro lado, é sabido por este subscritor sobre a atual situação econômico/financeira vivida pelas instituições estatais, inclusive o Ministério Público do Estado da Bahia, bem como é de nosso conhecimento o quanto disposto no inciso I, do artigo 3º, do Ato Normativo nº 004/2017, da lavra de Vossa Excelência, no qual **suspende a celebração de contratos de locação de imóveis que implique no aumento de despesas.**

E neste ponto, é importante frisar que o valor pago hodiernamente pela instituição ao locador pelo imóvel onde funciona a sede da Promotoria Regional de Brumado, **R\$ 1.777,42 (hum mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos)**, é consideravelmente baixo em relação aos preços que porventura poderiam ser cobrados caso fosse alugado outro imóvel maior, e tão bem localizado quanto o presente.

Diante do exposto, é que reporto a Vossa Excelência, solicitando especial atenção com a situação apresentada, diante da excepcionalidade do caso, concedendo-se autorização para que este Escritório Regional procure outro espaço adequado para as instalações desta sede e sua posterior mudança de endereço.

Por fim, solicito, ainda, a análise da viabilidade de inclusão da sede regional de Brumado dentro das prioridades institucionais para construção/aquisição de uma sede própria, conforme previsto no **item 14.2.2 do Plano Estratégico 2011 – 2023**, tal como já ocorrera com outros Escritórios Regionais.

Sem mais para o momento, colho o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


RUANO FERNANDO DA SILVA LEITE

Promotor de Justiça Coordenador

06

Ref.: Protocolo nº 003.0.21565/2017

DESPACHO

- DE ordem do Chefe de Gabinete, encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa, para análise da viabilidade do pleito.

Em, 1º de agosto de 2017.



LUCIANA BENEDETTO TORRES
Assessoria Técnico-Jurídica
Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça
Mat. 353.582



Ref: Proc. nº 003.0.21565/2017

DESPACHO

De ordem do Superintendente de Gestão Administrativa, encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Engenharia e Arquitetura, para cumprimento da determinação de fls. *retro*, com posterior retorno a esta Superintendência.

Em 01 de setembro de 2017.



Caroline Santana Silva

Unidade de Apoio Técnico e Administrativo

Mat. 352.215



Ref.: SIMP 003.0.21565/2017

DESPACHO

À Superintendência de Gestão Administrativa,

Retorno o presente expediente informando que, de acordo com o relatado no OFÍCIO Nº 075-08/2017, a Sede de Brumado se encontra bastante diminuta em relação ao espaço físico suficiente para abrigar a referida promotoria de Justiça Regional.

Em conformidade com as INSTRUÇÕES TÉCNICAS PARA PROJETOS DE EDIFICAÇÕES DO MPBA (Documento elaborado por esta Diretoria de Engenharia e Arquitetura, com o intuito de padronizar as sedes das Promotorias de Justiça Regionais), os ambientes necessários para abrigar confortavelmente a PJR de Brumado seriam:

- Recepção/ Espera – 40,00 m²;
- Copa – 10,00 m²;
- Triagem – 8,00 m²;
- Protocolo – 8,00 m²;
- Sala Técnica – 7,50 m²;
- Secretaria Processual – 30,00 m²;
- Sala de Estagiários – 20,00 m²;
- Arquivo – 30,00 m²;
- Gerência Regional – 14,00 m²;
- Gabinete 01 – 14,00 m²;
- Gabinete 02 – 14,00 m²;
- Gabinete 03 – 14,00 m²;
- Gabinete 05 – 14,00 m²;

Como pode ser conferido acima, a área mínima total para o bom funcionamento da PJR Brumado, seria de aproximadamente 225 m².

Salvador, 18 de dezembro de 2017


LEONARDO MORAES DE ARAÚJO
Diretoria de Engenharia e Arquitetura



Ref.: 003.0.21565/2017

DESPACHO

Encaminhe-se o expediente ao Gabinete da Procuradoria Geral com as informações prestadas pela Diretoria de Engenharia.

A Superintendência opina pela autorização do Gabinete quanto a locação de novo espaço para abrigar a Promotoria de Brumado e, em relação à construção, que a solicitação seja inserida na pauta da próxima reunião da Comissão de Obras para avaliação

Em 02 de janeiro de 2018



Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa

DESPACHO

- De ordem da Procuradora Geral de Justiça, fica autorizada a adoção de providência quanto à locação de novo imóvel para melhor acomodação da Promotoria de Justiça de Brumado;
- Retorne-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa, para adoção de providências ao atendimento do pleito, bem como cópia à Coordenação da Comissão de Obras para conhecimento e providências que entender pertinentes.

Em, 22 de janeiro de 2018.

LUÍS CLAUDIO CUNHA NOGUEIRA
Promotor de Justiça
Chefe de Gabinete

RECEBIDO (Cópia)
EM 22/01/18



DESPACHO

Em vista da autorização da Procuradoria-Geral de Justiça, encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Engenharia e Arquitetura para ciência e adoção das providências julgadas necessárias.

Em 23 de janeiro de 2018



Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

Paulo Sampaio

De: "Thiago de Carvalho Gondim Cayres" <thiagocgc@mpba.mp.br>
Data: terça-feira, 17 de abril de 2018 09:32
Para: "Paulo Vinicius Castro Sampaio" <paulo.sampaio@mpba.mp.br>; "Diretoria Engenharia e Arquitetura" <dir.engearq@mpba.mp.br>
Anexar: Sheila_MP-Layout01.pdf; Sheila_MP-Layout02.pdf; Sheila-cadastro.pdf
Assunto: Re: Relação de documentos para locação de imóvel

Bom dia!

Tendo em vista autorização da administração para mudança da sede da regional de Brumado, SIMP 003.0.21565/2017, venho informar que já foram localizados alguns imóveis na cidade de Brumado para que a Diretoria de Engenharia e Arquitetura possa realizar visita técnica.

Na oportunidade, encaminho ainda planta baixa de um dos imóveis visitados, sendo que a proprietária apresentou dois projetos de alteração do prédio visando atender a necessidade da instituição, para que possa ser submetido à análise da Engenharia do MP. Segue, também, a planta atual da residência para comparação.

Aguardo retorno.

Thiago Cayres

Gerente Administrativo Regional
Promotoria Regional de Brumado
(77) 3441 5419 / 3441 5051

De: Paulo Sampaio <paulo.sampaio@mpba.mp.br>
Enviado: terça-feira, 13 de março de 2018 16:52
Para: Wenceslau Rizerio de Carvalho Neto; Thiago de Carvalho Gondim Cayres
Cc: Diretoria Engenharia e Arquitetura; Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves; Maria Amalia Borges Franco; Coordenação de Contratos e Convênios; Heide Souza Silva; Superintendencia; Jurídico SGA; Yuri Gonzalez Araujo
Assunto: Relação de documentos para locação de imóvel

Prezados Wenceslau e Thiago,

Conforme conversado e tendo em vista a autorização para locação de novo imóvel visando uma melhor instalação da PJR de Brumado, segue abaixo relação de documentos necessários para a formalização do contrato.

Relação com documentos necessários para Locação de imóvel, quando se trata de **PESSOA FÍSICA**:

- 1 - PROPOSTA DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL ASSINADA PELO PROPRIETÁRIO COM VALOR DO ALUGUEL E O PERÍODO A SER LOCADO, NO CASO, 01 ANO, 02 ANOS, 05 ANOS ETC.**
- 2 - LAUDO DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL RECONHECIDO (AVALIADOR JUDICIAL OU DE IMOBILIÁRIA COM PLENOS PODERES PARA ISSO);**
- 3 - CÓPIAS DOS DOCUMENTOS PESSOAIS DO PROPRIETÁRIO (RG, CPF, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA, COMPROVANTE DE CONTA BANCÁRIA CORRENTE EM NOME DO PROPRIETÁRIO, NIT/PIS/PASEP);**
- 4 - CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS JUNTO À RECEITA FEDERAL;**

22/05/2018

- 5 - CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS;
- 6 - ESCRITURA DO IMÓVEL EM NOME DO PROPRIETÁRIO E, EM CASO DE TERRENO, AVERBAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO IMÓVEL NA ESCRITURA;
- 7 - DECLARAÇÃO DA PROMOTORA DE QUE CONCORDA COM A LOCAÇÃO DO IMÓVEL;
- 8 - DEMAIS QUITAÇÕES DE IMPOSTOS COMO IPTU, SEGUROS IMOBILIÁRIOS, DENTRE OUTROS;
- 9 - CERTIDÃO EMITIDA PELOS DISTRIBUIDORES ESTADUAIS E FEDERAIS (NAS ESFERAS CÍVEIS E CRIMINAIS) EM RELAÇÃO AO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL;
- 10- CERTIDÃO DE CASAMENTO, QUANDO FOR O CASO.

OBSERVAÇÃO 1:

Em se tratando de **PESSOA JURÍDICA**, é necessário o contrato social da empresa com indicação de sócios e/ou procuração, bem como as certidões de regularidade junto às fazendas estadual, municipal, conjunta da receita com UNIAO, INSS, FGTS e débitos trabalhistas. Caso a empresa seja de outro Estado, é necessário a certidão do outro Estado e também com Fazenda do Estado da Bahia.

OBSERVAÇÃO 2:

Em se tratando de bens objeto de herança, é necessário Termo de Compromisso de Inventariante em favor de quem irá locar o imóvel, além dos documentos e certidões dos distribuidores cíveis (estadual e federal), certidão negativa junto à Receita Federal e Fazenda Municipal), certidão de óbito e de casamento em relação ao autor da herança, bem como dos documentos acima elencados de quem irá locar (inventariante dos bens - espólio).

Atenciosamente,

Paulo Sampaio
Diretor de Engenharia e Arquitetura
Ministério Público do Estado da Bahia
Telefone: (71) 3103-0190
E-mail: paulo.sampaio@mpba.mp.br

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.
Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.



Ref.: SIMP 003.0.21565/2017

DESPACHO

À Superintendência de Gestão Administrativa,

Segue em anexo o relatório da visita técnica realizada nos imóveis previamente selecionados para instalação da PJR de Brumado. Conforme consta no documento, em termos de espaço físico, o imóvel 03, localizado à Av. João Paulo I, nº 998, Bairro Nobre, atende às necessidades atuais da Promotora e o imóvel 01, situado à Rua Olavo Bilac, nº 23, Bairro Nobre, poderá atender desde que seja ampliado pela proprietária. Com relação à acessibilidade, o imóvel 01 leva vantagem, pois se trata de edificação térrea com mais facilidade de adaptação. Já o imóvel 03 tem a acessibilidade comprometida em função do acesso ao andar superior ser feito exclusivamente por escada. É importante salientar que a proprietária do imóvel 01 se dispôs a executar a ampliação e adaptação para atender as necessidades do MPBA. O valor do aluguel pretendido inicialmente para esses dois imóveis é R\$ 3.000,00. Segundo informações da Coordenação Financeira da Diretoria Administrativa, o valor atualmente pago no contrato de locação vigente é R\$ 1.777,42.

O imóvel 02 não é indicado para locação pelos motivos expostos no relatório, notadamente pela falta de acessibilidade e pelo fato dos acessos a cada pavimento serem independentes e voltados para a rua.

Diante do exposto acima, constata-se que os imóveis 01 e 03 têm potencial para atender confortavelmente as necessidades atuais da Promotora, entretanto, levando em consideração os requisitos de acessibilidade, o imóvel 01 é o mais indicado, desde que a proprietária realize a ampliação e adequação da edificação.

Assim sendo, retornamos o presente expediente para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Salvador, 21 de maio de 2018.


PAULO VINICIUS CASTRO SAMPAIO

Diretor de Engenharia e Arquitetura

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE REGIONAL DE BRUMADO

1. SOLICITANTE:

Superintendência de Gestão Administrativa.

2. OBJETOS DE ANÁLISE:

Imóvel com possibilidade de sediar a Promotoria de Justiça Regional de Brumado.

3. OBJETIVO:

Realizar análise da adequação dos imóveis para o funcionamento da Promotoria de Justiça Regional de Brumado, dando ênfase aos pontos positivos e negativos identificados *in loco*.

Esse relatório não tem o objetivo de avaliar o valor de aluguel do imóvel.

4. JUSTIFICATIVA:

A vistoria se justifica pela necessidade de abrigar de maneira mais confortável a Promotoria de Justiça Regional de Brumado.

5. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

A Promotoria de Justiça Regional de Brumado, localizada na Rua Pedro Coqueiro Filho, nº 50, Nobre, ocupa atualmente um imóvel com características residenciais, possuindo uma **área de aproximadamente 270,00 m²**.

Considerando a totalidade da área ocupada atualmente pela Promotoria, estima-se que seja necessário uma área mínima de 225,00 m² de área construída privativa (excluso área de estacionamento/terreno) para o uso confortável da Promotoria.

6. ANÁLISE DOS IMÓVEIS

6.1. Imóvel situado à Rua Olávo Bilac, nº 23, Nobre.

Trata-se de imóvel residencial, distribuído em pavimento térreo, ocupando uma área útil de aproximadamente 140,00 m², inserido em terreno de aproximadamente 440,00 m².

O imóvel localiza-se em uma área da cidade com características de ocupação mista, residencial e comercial, próximo ao fórum, delegacia e a pousadas/hotéis. Sua localização é de fácil acesso, distante 550 metros do Fórum da Comarca de Brumado e 600 metros da Delegacia. A rua de acesso é plana, com pavimentação em asfalto. O imóvel possui estacionamento privativo com 01 vaga para veículo.

As instalações elétricas estão regulares, existe quadro de distribuição de energia. As instalações hidráulicas

Felipe Damiani 1

estão regulares. O imóvel não está equipado com instalações contra incêndio: hidrantes, extintores, detectores, alarmes e sinalização.

O imóvel não apresenta acessibilidade adequada, sendo necessário a execução de serviços para que o torne acessível, como construção de pequenas rampas e de sanitário acessível.

A área útil do imóvel é insuficiente ao programa de necessidades da Promotoria de Justiça Regional de Brumado. A proprietária do imóvel se dispôs a executar os serviços de ampliação e adequação para atender as necessidades do MP.



Figura 1 – Fachada



Figura 2 – Área Externa



Figura 3 – Área Externa



Figura 4 – Estacionamento Coberto

Felipe Damiana



Figura 5 – Área Externa Lateral



Figura 6 – Sala de Estar



Figura 7 – Sala de Jantar



Figura 08 – Cozinha



Figura 9 – Quarto



Figura 10 – Quarto



Figura 11 – Quarto



Figura 12 – Espaço Gourmet

Felipe Damasceno 4



Figura 13 – Anexo Fundo



Figura 14 – Escritório



Figura 15 – Depósito



Figura 16 – Sanitário

Felipe Damiani



Figura 17 – Sanitário



Figura 18 – Sanitário

Prós:

Localização: O imóvel possui boa visibilidade e fácil acesso para a população em geral.

Estacionamento: O imóvel dispõe de 01 vaga coberta de estacionamento.

Inserção: O imóvel será utilizado exclusivamente pelo Ministério Público.

Segurança Institucional: Imóvel para uso exclusivo do órgão, com apenas um ponto de acesso: entrada/saída única para o público externo.

Conservação: O imóvel possui bom estado de conservação.

Instalação de Ar Condicionado: Os ambientes estão equipados com aparelhos de ar condicionado.

Sanitários: O imóvel possui 04 sanitários.

Intervenções: A proprietária do imóvel se dispôs a executar os serviços de ampliação e adequação do imóvel para atender as necessidades do MP.

Contras:

Área: O imóvel não apresenta área compatível as necessidades da Promotoria.

Segurança Contra Incêndio e Pânico: Não possui sistema de segurança contra incêndio.

Acessibilidade: Não possui acessibilidade adequada, havendo a possibilidade de torná-lo acessível.

- Valor mensal proposto para o aluguel: **R\$ 3.000,00**

6.2. Imóvel situado à Avenida João Paulo I, nº 367, Nobre.

Trata-se de imóvel residencial, distribuído em dois pavimentos, ocupando uma área útil de aproximadamente 200,00 m², inserido em terreno de aproximadamente 245,00 m².

Juliana Damiana 6

O imóvel localiza-se em uma área da cidade com características de ocupação mista, residencial e comercial, próximo ao fórum, delegacia e a pousadas/hotéis. Sua localização é de fácil acesso, distante 210 metros do Fórum da Comarca de Brumado e 450 metros da Delegacia. A rua de acesso é plana, com pavimentação em asfalto. O imóvel possui estacionamento privativo com 02 vagas para veículos.

As instalações elétricas aparentam serem antigas, existe quadro de distribuição de energia. As instalações hidráulicas estão regulares. O imóvel não está equipado com instalações contra incêndio hidrantes, extintores, detectores, alarmes e sinalização.

O imóvel não apresenta acessibilidade adequada, sendo necessário a execução de serviços para que o torne acessível.



Figura 19 – Fachada



Figura 20 – Fachada



Figura 21 – Fachada



Figura 22 – Area Externa

Felipe Damiani ⁷



Figura 23 – Área Lateral



Figura 24 – Área de Serviço



Figura 25 – Circulação Interna



Figura 26 – Quarto



Figura 27 – Sala



Figura 28 – Quarto



Figura 29 – Sala de TV



Figura 30 – Cozinha

Felipe Damig 9

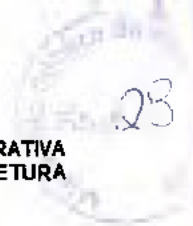


Figura 31 – Sala



Figura 32 – Varanda



Figura 33 – Sanitário



Figura 34 – Sanitário

Felipe Damiani 10



Figura 35 – Circulação Vertical



Figura 36 – Varanda

Prós

Localização: O imóvel possui boa visibilidade e fácil acesso para a população em geral.

Estacionamento: O imóvel dispõe de 02 vagas cobertas de estacionamento.

Inserção: O imóvel será utilizado exclusivamente pelo Ministério Público.

Contras

Conservação: O imóvel possui péssimo estado de conservação.

Segurança Institucional: O acesso para cada pavimento é independente, sendo voltado para a rua..

Área: O imóvel não apresenta área compatível as necessidades da Promotória.

Segurança Contra Incêndio e Pânico: Não possui sistema de segurança contra incêndio.

Acessibilidade: Não possui acessibilidade adequada.

Instalação de Ar Condicionado: Os ambientes não estão equipados com aparelhos de ar condicionado.

Intervenções: Se faz necessário a realização de uma quantidade elevada de intervenções no imóvel para atender as necessidades do MP.

- Valor mensal proposto para o aluguel R\$ 2.600,00

6.3. Imóvel situado à Avenida João Paulo I, nº 998, Nobre.

Trata-se de imóvel residencial, distribuído em dois pavimentos, ocupando uma área útil de aproximadamente 230,00 m², inserido em terreno de aproximadamente 290,00 m²

O imóvel localiza-se em uma área da cidade com características de ocupação mista, residencial e comercial, próximo ao fórum, delegacia e a pousadas/hotéis. Sua localização é de fácil acesso, distante 650 metros do

Felipe Damiani

Fórum da Comarca de Brumado e 800 metros da Delegacia. A rua de acesso é pouco inclinada, com pavimentação em asfalto. O imóvel possui estacionamento privativo com 02 vagas para veículos, sendo 01 vaga coberta.

As instalações elétricas estão regulares, existe quadro de distribuição de energia. As instalações hidráulicas estão regulares. O imóvel não está equipado com instalações contra incêndio: hidrantes, extintores, detectores, alarmes e sinalização.

O imóvel não apresenta acessibilidade adequada, sendo necessário a execução de serviços para que o torne acessível, como construção de pequenas rampas e de sanitário acessível.

O corretor que apresentou o imóvel, informou que a proprietária está aberta a negociações quanto a execução dos serviços de adequação para atender as necessidades do MP.



Figura 37 – Fachada



Figura 38 – Fachada



Figura 39 – Fachada



Figura 40 – Área Externa

Felipe Damiani



Figura 41 – Sala



Figura 42 – Cozinha



Figura 43 – Circuloçoo Vertical



Figura 44 – Sanitário



Figura 45 – Varanda

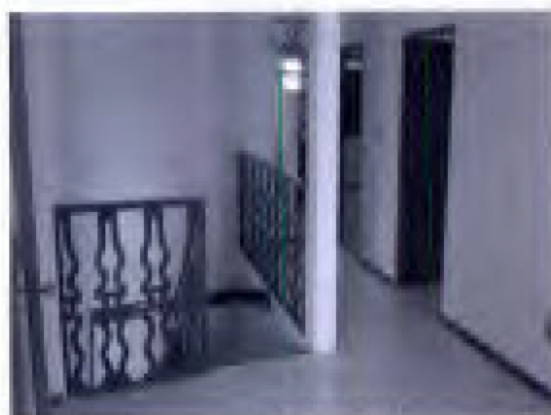


Figura 46 – Circulaçãa 1º Pavimento



Figura 47 – Quarto



Figura 48 – Quarto



Figura 49 – Quarto



Figura 50 – Sanitário

Felipe Damião 14



Figura 51 – Quarto



Figura 52 – Anexo ao Fundo



Figura 53 – Área de Serviço



Figura 54 – Depósito

Prós:

Localização: O imóvel possui boa visibilidade e fácil acesso para a população em geral.

Estacionamento: O imóvel dispõe de 02 vagas de estacionamento.

Inserção: O imóvel será utilizado exclusivamente pelo Ministério Público.

Segurança Institucional: Imóvel para uso exclusivo do órgão, com apenas um ponto de acesso: entrada/saída única para o público externo.

Conservação: O imóvel possui bom estado de conservação.

Instalação de Ar Condicionado: Os ambientes estão equipados com aparelhos de ar condicionado.

Sanitários: O imóvel possui 03 sanitários.

Intervenções: A proprietária do imóvel se dispõe a negociar os serviços de execução de adequação do imóvel para atender as necessidades do MP.

Felipe Damig



Área: O imóvel apresenta área compatível as necessidades da Promotoria

Contras:

Segurança Contra Incêndio e Pânico: Não possui sistema de segurança contra incêndio.

Acessibilidade: Não possui acessibilidade adequada, havendo a possibilidade de tornar o pavimento térreo acessível.

- Valor mensal proposto para o aluguel: **R\$ 3.000,00**

7. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esclarece-se que as vantagens e desvantagens identificadas nos imóveis avaliados foram analisadas por uma equipe técnica de engenharia e arquitetura, podendo-se concluir que o imóvel 01 apresentará área compatível, se for ampliado pela proprietária, e apresenta bom estado de conservação para comportar confortavelmente a Promotoria. O imóvel 03 apresenta área compatível e bom estado de conservação para comportar confortavelmente a Promotoria. Ambos necessitam de adequações para atender os critérios de acessibilidade. Acredita-se também ser pertinente uma avaliação criteriosa na área de Segurança Institucional.

Sendo só até o momento, colocamo-nos à disposição para qualquer outro esclarecimento que se fizer necessário. Segue este relatório de visita técnica com 16 (dezesseis) páginas numeradas e rubricadas

Salvador, 18 de maio de 2018.

Felipe Dansiger Calazans de Macedo

Analista Técnico - Arquiteto



Ref.: 003.0.21565/2017

DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à Diretoria de Engenharia e Arquitetura para verificar a ampliação e adaptação do imóvel 01 com o proprietário para atender às necessidades do MPBA.

Em 04 de junho de 2018.

Josias Marques de Lima Neto
Superintendente de Gestão Administrativa em exercício

3/

SIMP Nº:003.0.33718/2018

DATA:29/10/2018

ÁREA: ADMINISTRATIVO

SUBÁREA:

21565/2017

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO

DETALHE DO ASSUNTO:

ORIGEM:

ENVOLVIDOS

NOME	TIPO	MENOR
MARIA SALETE JUED MOYSÉS	PROCESSANTE	Não



OFÍCIO Nº 080-10/2018.

Brumado(BA), 08 de outubro de 2018.

Ilustríssimo Senhor

FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES

Superintendente de Gestão Administrativa

Superintendência de Gestão Administrativa

Ministério Público do Estado da Bahia

Assunto: documentos para locação nova sede da regional de Brumado, SIMP nº 003.0.21565/2017 e declaração de concordância.

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, por meio deste, encaminhar a Vossa Senhoria os documentos necessários para que seja firmado contrato com a Senhora **Valdique Lima Dias Soares**, visando a locação de imóvel situado à Avenida João Paulo I, nº 998, Bairro Parque Alvorada, município de Brumado-BA, destinado a abrigar a sede da Promotoria de Justiça Regional de Brumado.

Em tempo, informo, ainda, que foram realizadas buscas no município visando encontrar imóvel que se adequasse ao propósito de abrigar a sede deste Escritório Regional, tendo a coordenação desta Promotoria de Justiça entendido que o referido imóvel foi aquele, dentre os disponíveis, o que mais atendia os requisitos, visto sua localização privilegiada, com proximidade do Fórum local, o que facilita o acesso ao público, além do fato de sua proprietária ter demonstrado disponibilidade em realizar as reformas sugeridas para melhor adequação às necessidades da instituição.

Diante do quanto relatado, declaramos nossa concordância com a locação do imóvel apresentado, pelas razões e motivos acima discriminados.

Atenciosamente,


MARIA SALETI JUED MOYSÉS
Promotora de Justiça Coordenadora

PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BRUMADO

Rua Pedro Coqueiro Filho, nº 50, Bairro Nobre, Brumado - BA, CEP: 46.100-000

☎ e fax: (77) 3441-5019 ou 3441-5051

01

PROPOSTA DE LOCAÇÃO

Proposta de Locação

Ao Ministério Público do Estado da Bahia – Promotoria de Justiça Regional de Brumado.

Apresentamos a seguir a descrição do imóvel situado na avenida João Paulo I, nº 998, bairro Nobre em Brumado-BA:

- Térreo contendo: varanda frontal, varanda ao fundo, garagem coberta e descoberta, sala, cozinha, sanitário social e depósito.
- Pavimento superior contendo: hall, suíte com closet, sanitário social, 2 quartos e 2 varandas.
- Anexo ao fundo contendo: área de serviço, dependência completa e depósito.

Áreas construídas aproximadas:

- Térreo: 165 m²
- Pavimento superior: 120 m²
- Anexo: 40 m²

Terreno com área total de 350 m², sendo 11,85 m de frente e fundo e 29,5 m em ambas as laterais.

Valor da locação: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais, por um período de 5 anos (o valor deverá ser reajustado anualmente pelo IGPM).

Obs.: poderão ser acordadas pequenas reformas, sob responsabilidade do locador, de modo a atender as necessidades da instituição.

Brumado, 16 de outubro de 2018.



Valdique Lima Dias Soares

CPF: [REDACTED]

02

**PESQUISA DE
MERCADO**

PESQUISA DE MERCADO

Tendo em vista a ausência na Promotoria de Justiça Regional de Brumado de profissional capacitado para fornecer avaliação do imóvel a ser locado, localizado à Av. João Paulo I, nº 998, Bairro Parque Alvorada, CEP: 46.100-000, neste município de Brumado-BA, foi realizada pesquisa de mercado de imóveis de porte similar, conforme demonstrativo abaixo:

IMÓVEL 01

Nome Proprietário/Representante: Realeza Negócios Imobiliários

Endereço: Av. Mestre Eufrásio, nº 1180, Bairro Novo Brumado, Brumado-BA

Área terreno: 18 x 30 (540m²)

Área construída: 170m²

Cômodos: 4 (quatro) suítes, 1 sala, 1 cozinha, lavabo e garagem

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Telefone de contato: (77) 3441-1538

IMÓVEL 02

Nome Proprietário/Representante: Zenaide de Maria da Silva Mirante

Endereço: Av. João Paulo I, nº 367 e 367A, Bairro Nobre, Brumado-BA

Área terreno: não informado

Cômodos: 7 quartos, sendo uma 2 suítes, 2 salas, cozinha, banheiro social e garagem

Valor: R\$ 2.600,00

IMÓVEL 03

Nome: Sheila Porto Silva Coelho

Endereço: Rua Olavo Bilac, nº 53, Bairro Nobre, Brumado-BA

Área terreno: não foi informado

Área construída: 275,41m²

Cômodos: 4 quartos, sendo duas suítes, 2 salas, 1 cozinha, banheiro social e garagem

Valor: R\$ 4.000,00

Telefone de contato: (71) 3347-5298

OBSERVAÇÕES FINAIS: Os imóveis acima, apesar de possuírem valor de locação similar ao do imóvel a ser locado, não atendem plenamente aos requisitos necessários para abrigar a sede do Escritório Regional de Brumado. Em relação ao imóvel 01, sua localização não é adequada, não sendo em região central, o que dificultaria o acesso ao público, já em relação ao imóvel 02, apesar de bem localizado e possuir cômodos suficientes, o mesmo não foi aprovado pelo setor de engenharia do Ministério Público por razões de conservação e outros fatores, por fim, em relação ao imóvel 03, apesar de vistoriado e aprovado pela Diretoria de Engenharia do Ministério Público, seu valor de locação é superior ao imóvel selecionado, bem como possui cômodos menores.



Maria Salete Jued Moisés
Promotora de Justiça Coordenadora

PROPOSTA DE LOCAÇÃO

Ao

Ministério Público de Brumado/BA.

Informamos a descrição do imóvel situado na AV. MESTRE EUFRÁSIO, nº1180, Bairro Novo Brumado, Brumado/Ba;

Térreo

1 Varanda

1 Sala

1 Cozinha

1 banheiro

1 Suíte (Mobiliada para escritório)

1 dependência

Medindo 170mts² de área construída.

Primeiro andar :

1 Varanda

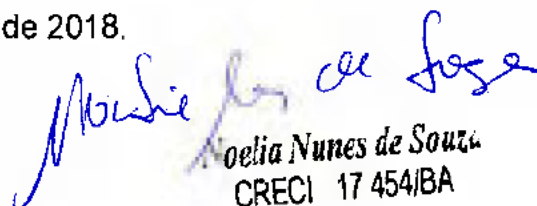
3 suítes

Medindo 170mts² de área construída.

Terreno medindo o total de 540mts², sendo frente/fundo 18mts e lado esquerdo/lado direito 30mts.

Valor da locação: R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais.

Brumado, 25 de Janeiro de 2018.


Noélia Nunes de Souza
CRECI 17 454/BA

PROPOSTA DE LOCAÇÃO

Ao Ministério Público do Estado da Bahia

Segue, abaixo, descrição de imóvel conjugado, situado na Av. João Paulo I, nsº 367 e 367A, Bairro Nobre, município de Brumado-BA, composto de 02 (dois) pavimentos.

Térreo:

02 Garagens cobertas

01 Sala

01 Suíte

02 Quartos

01 Banheiro

01 Copa/cozinha

01 área de serviço

Pavimento Superior:

01 Sala

01 Suíte

03 Quartos

01 Copa/cozinha

01 Banheiro

02 varandas

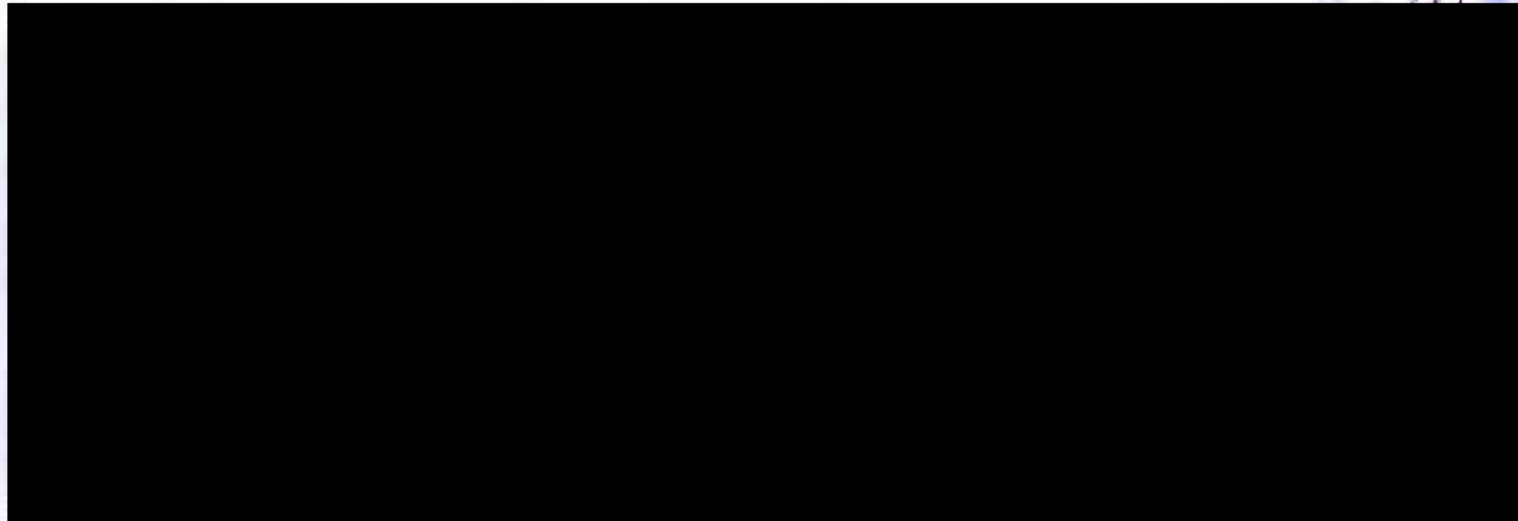
01 área de serviço

Valor da locação: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), referentes à locação integrada dos imóveis de nº 367 e 367-A, acima descritos.

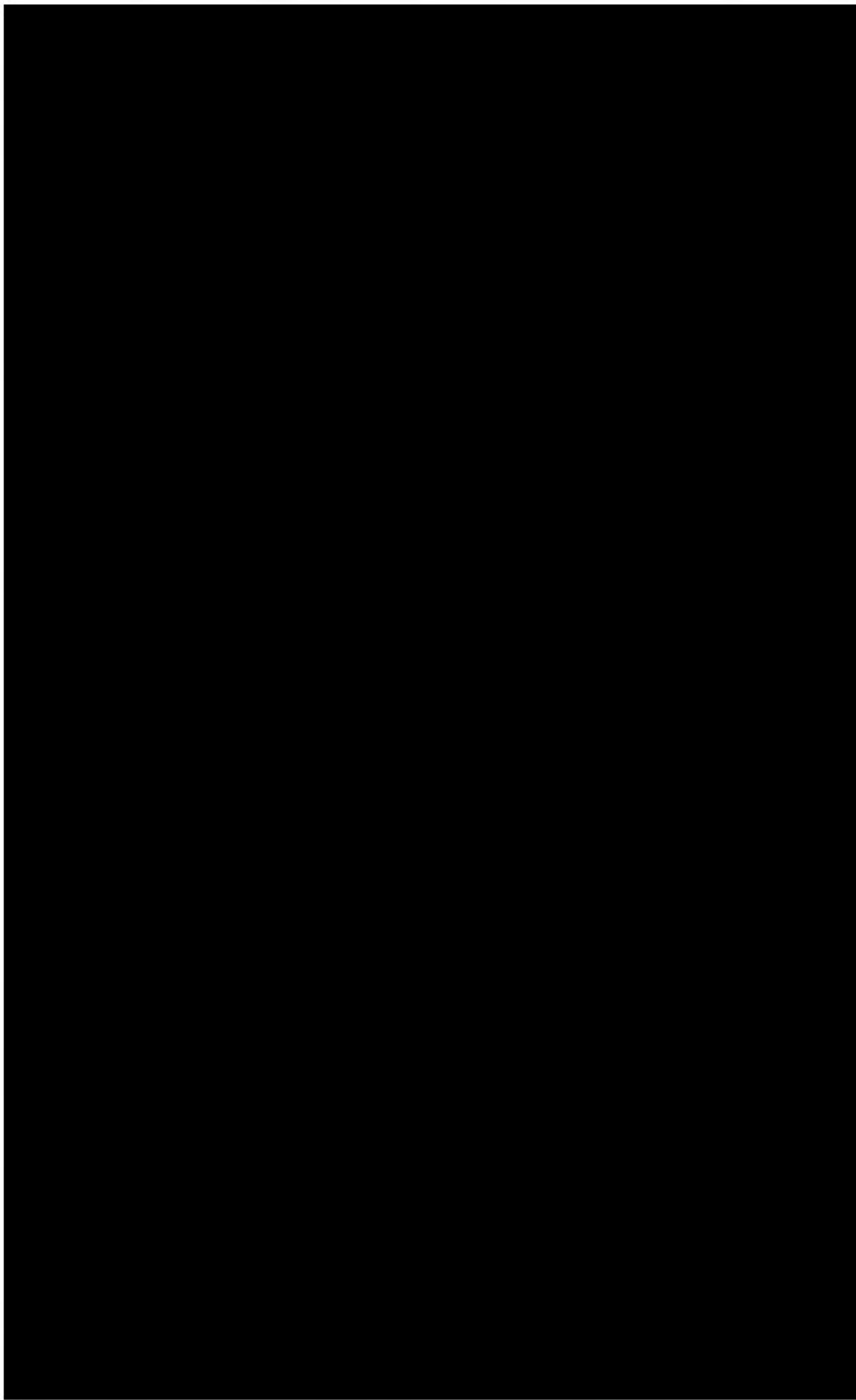
Zenaida Maria da Silva Mirante
ZENAIDE MARIA DA SILVA MIRANTE
CPF: 656.493.385-15

03

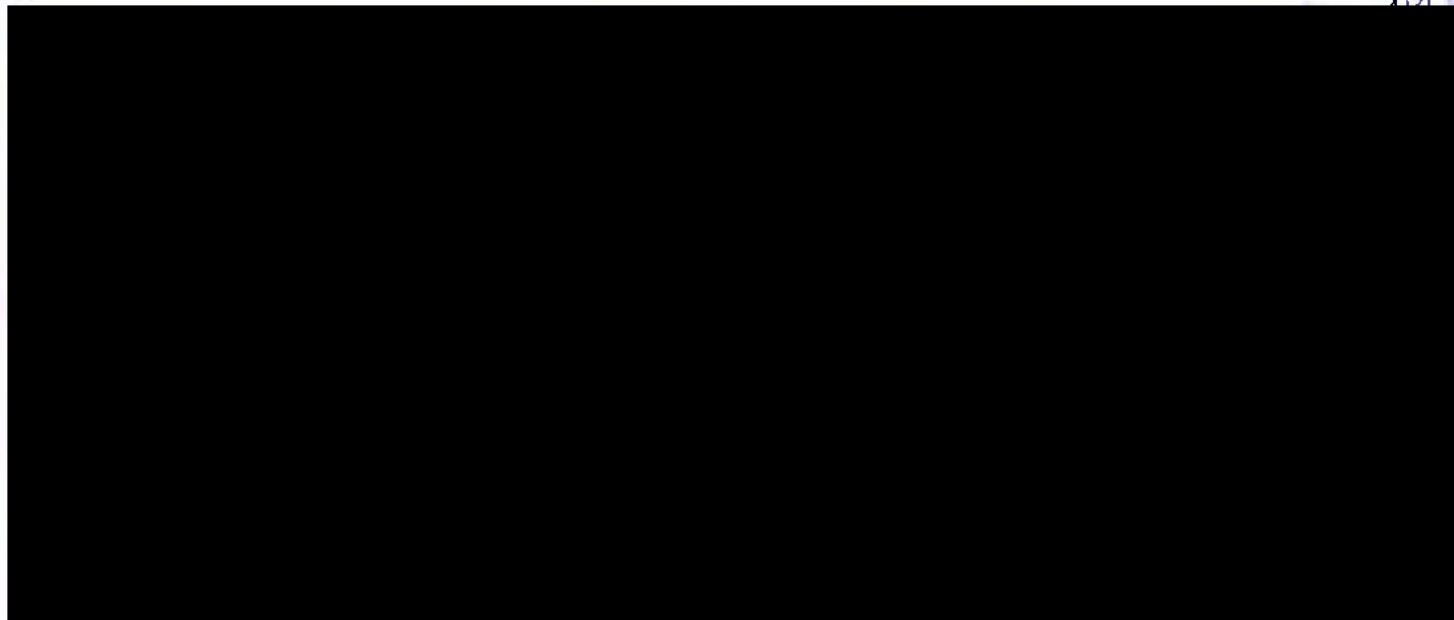
**DOCUMENTOS
PESSOAIS
PROPRIETÁRIO E
INVENTARIANTE**

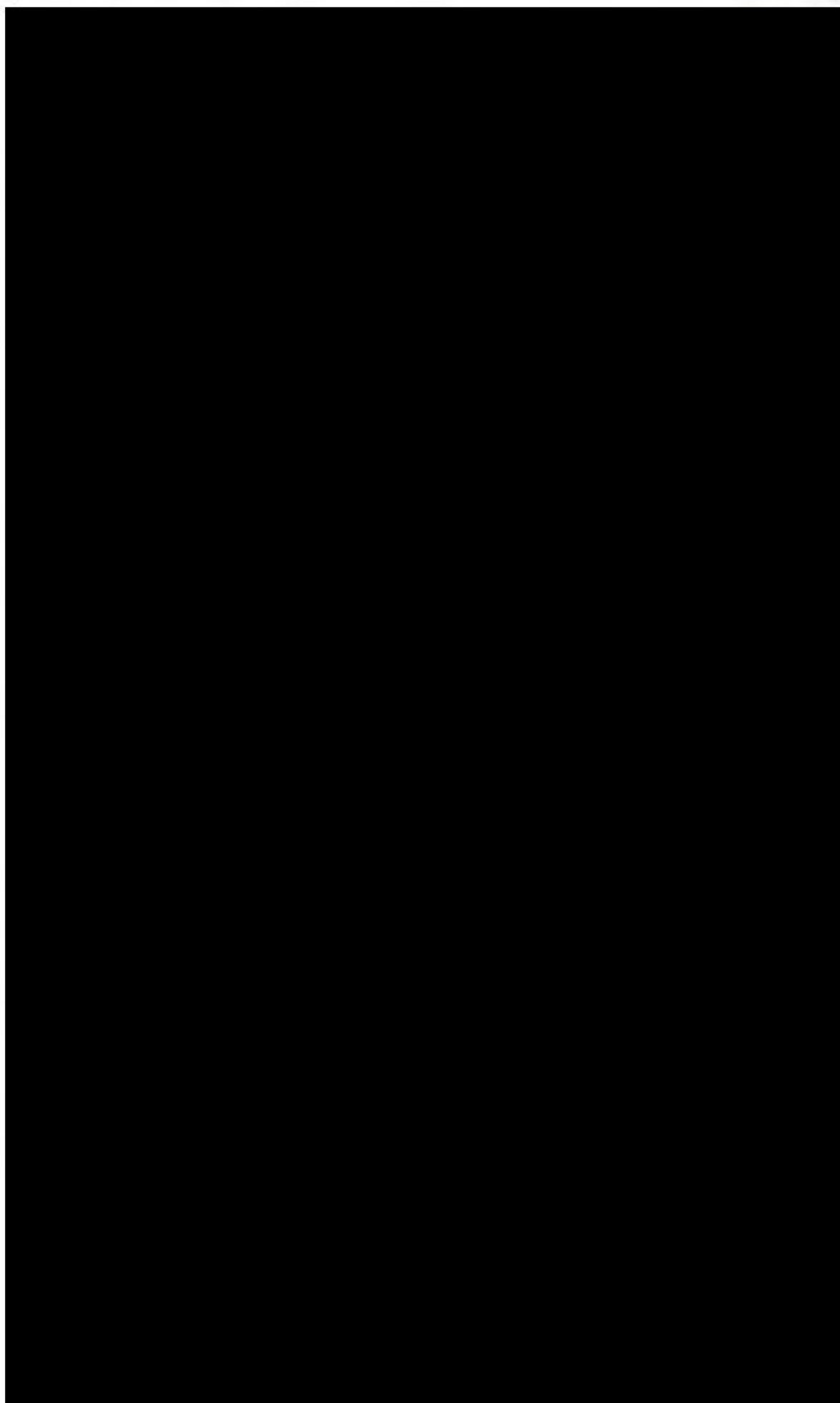


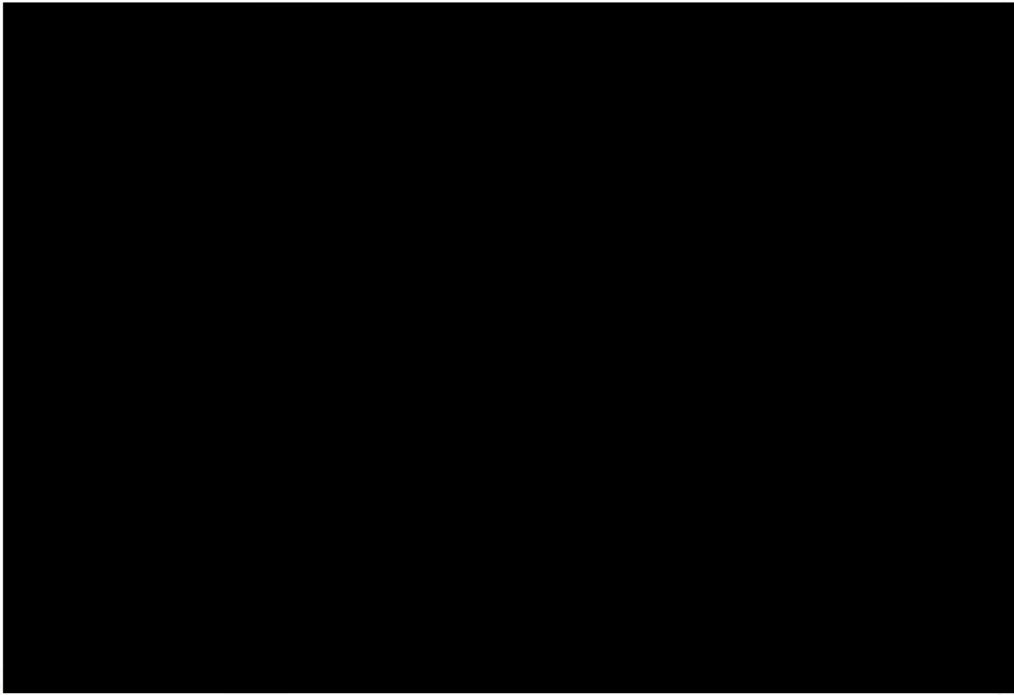
02/30



03/30







04

**CERTIDÃO
NEGATIVA
RECEITA
FEDERAL**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

49

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: VALDIQUE LIMA DIAS SOARES

CPF: [REDACTED]

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 12.122, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:17:05 do dia 15/05/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/11/2018.

Código de controle da certidão: **B46E.CBC3.C964.D429**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

24/30



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GILDAZIO MORENO SOARES

CPF: [REDACTED]

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 1.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:38:36 do dia 02/05/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/10/2018.

Código de controle da certidão: 1747.8923.D88D.D67D

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

05/30

05

**CERTIFICADO DE
ANTECEDENTES
CRIMINAIS**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



52

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: VALDIQUE LIMA DIAS SOARES

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil "

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quinta-feira, 12 de julho de 2018 às 4:45 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

A9691B14-EDB6-452A-B28B-319D54AC220D

Obs: Este certificado tem validade até a data **10/10/2018**

26/30



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 37132622018

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **VALDIQUE LIMA DIAS SOARES**, nacionalidade **BRASILEIRA**, filho(a) de [REDACTED]

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16 51 de 12/07/2018



37132622018

29/30



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria da Segurança Pública
Polícia Civil da Bahia
Centro de Documentação e Estatística Policial



54

CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: GILDAZIO MORENO SOARES

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil "

IMPORTANTE:

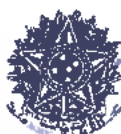
Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quinta-feira, 12 de julho de 2018 às 4:47 PM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

BD65ABE4-C30A-4DDD-B0CF-7C5E3EBE4424

Obs: Este certificado tem validade até a data **10/10/2018**

07/30



Serviço Público Federal
Ministério Extraordinário da Segurança Pública
Polícia Federal

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 37133402018

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **GILDAZIO MORENO SOARES**, nacionalidade **BRASILEIRA**, [REDACTED]

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:53 de 12/07/2018



37133402018

17/30

06

ESCRITURA DO IMÓVEL

57

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTÓRIO XAVIER

CARTÓRIO DE NOTAS CUMULADO COM FUNÇÕES DE PROTESTOS

Tabellão: Manoel Francisco Xavier Neto

BRUMADO - BAHIA

e-mail: cartoronotasxavier@hotmail.com.

LIVRO 209 FOLHA 43/44 ORDEM 3684.

SAIBAM quantos esta pública Escritura de Compra e Venda de imóvel urbano em notas virem que sendo aos 26 (vinte e seis) dias do mês de outubro, do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), nesta Cidade de Brumado, Município e Comarca do mesmo nome, do Estado da Bahia, neste Cartório, perante mim Tabelião de Notas, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber:- de um lado como outorgantes vendedores **JOSÉ CARLOS AZEVEDD**, [REDACTED]

[REDACTED] com **GICELDA LIMA RODRIGUES AZEVEDO**, brasileira, [REDACTED]

[REDACTED] N. E do outro lado como outorgado comprador **GILDÁZIO MORENO SOARES**, [REDACTED]

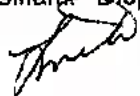
[REDACTED] N. - Os presentes identificados como os próprios, através de documentos apresentados, do que dou fé. - Então, pelos outorgantes vendedores, me foi dito: - que, sendo eles senhores e legítimos possuidores do imóvel urbano constante do **LOTE 07** (sete) da **QUADRA F** (efe), com as seguintes dimensões: 12,00m (doze metros) de frente, 12,00m (doze metros) de fundo, lado direito 29,69m (vinte e nove metros e sessenta e nove centímetros), e do lado esquerdo 29,69m (vinte e nove metros e sessenta e nove centímetros), perfazendo uma área global de 356,30m² (trezentos e

Rua Abílio Leite, 120, Centro,
Brumado - BA
Tele(fax): 0**77 3441 6143

08/30

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E HIPOTECAS
Márcia Fátima França Leite, Titular
JURADA
Rua Teodoro Sampaio, 22 - Centro - Brumado - BA
CEP 46.000-000 Tel. (71) 344-5524
CNPJ 09.344.000/00020

cinqüenta e seis metros e trinta centímetros quadrados), situado na Avenida João Paulo I, 998 - Parque Alvorada - BRUMADO - BA - 46100000; cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 01.04.013.0297.0001. E que os outorgantes vendedores houvera por compra ao LOTEAMENTO PARQUE ALVORADA - Diomar Silva Gomes e Maria José Viana Silva, matriculado sob nº 13.282 (treze mil duzentos e oitenta e dois), às fls. 79 (setenta e nove), do Livro 2-D-X (dois-dê-xis), no Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca; E nesta data vendem, como efetivamente vendendo estão ao outorgado comprador **GILDÁZIO MORENO SOARES**, pelo preço e quantia certa de **R\$ 42.688,00** (quarenta e dois mil seiscentos e oitenta e oito reais), e que recebeu avaliação fiscal municipal, no valor de **R\$ 47.251,09** (quarenta e sete mil duzentos e cinquenta e um reais e nove centavos), quantia que já receberam, contaram e acharam certa em moeda corrente e legal do País, pelo que não só dão plena e geral quitação do valor do contrato, como transmitem ao mesmo comprador todo o domínio, direito, ação e posse que ora lhes assistem no dito imóvel, para que ele o goze e desfrute como seu que é e fica sendo de hoje em diante e para sempre, por força desta escritura que, por si, seus herdeiros e/ou sucessores, prometem car por boa, firme e valiosa a todo tempo que dúvidas apareçam, inclusive responderem pela evicção. Pelo outorgado comprador também me foi dito que aceitava esta escritura como se acha redigida e me apresentou a guia referente ao Recolhimento do ITIV - Imposto de Transmissão Inter Vivos, no valor de **R\$ 1.181,28** (um mil reais cento e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), já recebidos pela Tesouraria Municipal, em 24 (vinte e quatro) de outubro de 2016 (dois mil e dezesseis), conforme comprovante do correspondente Banco Bradesco S/A, que, juntamente com a Certidão Negativa de Débitos Fiscais Municipais as certidões exigidas conforme Lei 7.433 de 18/12/85 e a CNDT-Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ficam arquivadas neste Cartório. Depois de escrita esta, eu Tabelião, a pedido deles, digitei nestas notas a presente escritura que, lida, aceita e achada conforme assinaram. Dispensadas as testemunhas nos termos da lei 6.952/81 Eu,



, Tabelião de Notas, a digitei, conferi, de tudo dou fé e assino.

Cartório de Notas e Protestos
Rua Abílio Leite, 120.
Brumado - BA - CEP 46.100-000
Fone. (71) 344.0000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Cartório de Notas e Protestos
Rua Abílio Leite, 120,
Brumado-BA CEP 46.100-000
Fone (77) 3441-6143

CARTÓRIO XAVIER

CARTÓRIO DE NOTAS CUMULADO COM FUNÇÕES DE PROTESTOS

Tabelião: Manoel Francisco Xavier Neto

BRUMADO - BAHIA

e-mail: cartorionotasxavier@hotmail.com.

(continuação das fls. 43 do Livro 209 e Ordem 3684)

e assino. DAJE nº 974228, série 016, valor de R\$ 594,37.

Brumado - BA, 26 de outubro de 2016.

JOSE CARLOS AZEVEDO
JOSE CARLOS AZEVEDO

Gicelda Lima Rodrigues Azevedo
GICELDA LIMA RODRIGUES AZEVEDO

Gildázio Moreno Soares
GILDÁZIO MORENO SOARES

Manoel Francisco Xavier Neto
MANOEL FRANCISCO XAVIER NETO
Tabelião de Notas

Selo de Autenticidade Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Ato Notarial ou de Registro 0541.AB230506-8 XZRT0ZM5SI Consulte: Consulte www.tjba.jus.br/autenticidade

Cartório de Notas e Protestos
Rua Abílio Leite, 120,
Brumado-BA CEP 46.100-000
Fone (77) 3441-6143

09/30

Rua Abílio Leite, 120, Centro,
Brumado - BA
Tele(fax): 0**77 3441 6143

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E HIPOTECAS**

Maria Eulália Viara Leite Cotrim
Júlio
Rua Teodoro Sampaio 22 - Brumado BA
CEP 46.700-000 Tel 31-5524
CNPJ 13.213.800/01 20.

REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS - BRUMADO - BAHIA

Transcrito no livro 51-562
Registrado no livro 74
o(s) nº(s) 13.213.800/01
referente ao registro 13.213.800/01 Observações

Brumado, 19 de Setembro de 2018
A Oficial 13.213.800/01

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO**

SEFAZ - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

PRAÇA DEL. ZECA LEITE - Nº 415 - CENTRO - BRUMADO - BA - CEP: 46.100-000

FONE: (77) 3441-1250 - CNPJ: 14.105.704/0001-33

Boletim de Cadastro Imobiliário**LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL**

Nº Código reduzido.: 3777 Distrito 01 Setor: 04 Quadra 013 Lote: 029 Unidade 001
Inscrição Cadastral.: 01 04.013.0297.001 Condomínio.:
Logradouro.....: 106 - Avenida JOAO PAULO I Sação: 182
Nº 998 Apto.: Bloco: Qdr: Lote:
Bairro: 29 - PARQUE ALVORADA Complemento: Loteamento:
CEP.: 46.100-000

PROPRIETÁRIO/ENDEREÇO CORRESPONDÊNCIA

Código Proprietário: 222 Nome Proprietário: GILDAZIO MORENO SOARES CPF/CNPJ: 07434502568
Endereço.: Rua - DONIZETE MUZZI MEIRA
Nº: 66 Complemento: Bairro: NQBRE
Cidade/Município: Brumado CEP: 00000-000 UF: 00000-000

CORRESPONSÁVEL

Nome do Corresponsável: CPF/CNPJ:

AVERBAÇÕES/OBSERVAÇÕES

EDZ: LANCAMENTO EFETUADO PELO RECADASTRAMENTO IMOBILIARIO.

INFORMAÇÕES GERAL SOBRE O IMÓVEL

Isento: NÃO	Ocupação do Lote: Construído	Delimitação: Muro
Motivo:	Pertinência: Particular	Localização
Imune:	Utilização: Uni-Residencial	Zona
Ano de Construção:	Tipo de Avaliação:	
Situação Rua:	Situação de Quadra: Uma Frente	
Topografia: Declive	Pedologia: Firme	

INFORMAÇÕES SOBRE A EDIFICAÇÃO

Padrão Construtivo: Bom	Alinhamento	Recuada	Situação Edificação: Conjugada	
Estado de Conservação:	Posicionamento		Tipo Edificação	Casa
Nº Total de Unidades Lote:	Nº de Garagem(ns)		Pavimentos:	
Motivo Habite-se:	Data Habite-se:			

MEDIDAS DO IMÓVEL

Área do Terreno: 356,30	Área Construída da Unidade: 290,81	Área Total Construída: 290,81
Testada Principal: 12,00		

VALOR VENAL

Terreno: 4.722,59	Construção: 46.945,46	Imóvel Total: 51.668,05
Valor M²: 14,37	Valor M²: 161,43	Fração Ideal: 1,00

CDNFRONTANTE(S)

Frete:	Fundo:
Lado Esquerdo:	Lado Direito:

Emitido em: 09/02/2018

10/30

07

**CERTIDÕES DE
QUITACÕES
TRIBUTÁRIAS
(IPTU...)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

CNPJ: 14.105.704/0001-33

PRAÇA CEL. ZECA LEITE, 415, CENTRO

BRUMADO/BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS - DIVISÃO DE ARRECAÇÃO

69

EXISTEM DÉBITOS/DÍVIDAS EM ABERTO PARA ESSE REFERENTE, PARA MAIS INFORMAÇÕES CONSULTE A SITUAÇÃO DO CONTRIBUINTE OU PROCURE O SETOR DE TRIBUTOS.

Número:3008

Dados do Contribuinte

Nome

GILDAZIO MORENO SOARES

CNPJ/CP

Endereço

Logradouro: Rua DONIZETE MUZZI MEIRA		Numero 65	Bairro NOBRE
Bloco:	Apartamento	Complemento	
Cidade: Brumado			UF: BA
Inscrição Cadastra 222	Inscrição geográfica		

EM CUMPRIMENTO A SOLICITAÇÃO DO(A) CONTRIBUINTE, ACIMA ESPECIFICADO(A), E RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE PESQUISAR, INSCREVER E COBRAR A QUALQUER TEMPO AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICAMOS PARA TODOS OS FINS EM DIREITO PERMITIDOS QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS TRIBUTÁRIOS, CONSTATAMOS EXISTIR EM NOME DO CONTRIBUINTE EM APREÇO DÉBITOS VENCIDOS ATÉ A PRESENTE DATA.

Código de Controle

CWGV TJJKTL SFPVY3

Validade

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Brumado (BA), 13 de Julho de 2018

06/30



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, HIPOTECAS,
COMARCA DE BRUMADO-BA.
(OFÍCIO UNICO)

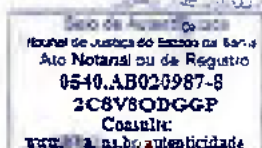
62
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E HIPOTECAS
Maria Eulália Viana Leite Cotrim
Rua Teodoro Sampaio, 22 - Centro - Brumado - BA
CEP 46.100-000 Tel. (77) 3441-5524
CNPJ 13.242.318/0001-20

CERTIDÃO NEGATIVA DE ÔNUS

CERTIFICO que, revendo os livros e arquivos existentes neste Cartório a meu cargo, não encontrei em nenhum deles ônus reais, legais ou convencionais, penhor, penhora ou anticrese, referente ao imóvel urbano situado na AV. JOÃO PAULO I, 998, BRUMADO-BA, propriedade de GILDAZIO MORENO SOARES, matriculado sob nº 13 282 no livro 2-D-X, fl.79.

O referido é verdade e dou fé.
Brumado- Bahia, 22 de fevereiro de 2018.


MARIA EULALIA VIANA LEITE COTRIM.
Oficial do Registro de Imóveis e Hipotecas



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E HIPOTECAS
Maria Eulália Viana Leite Cotrim
Oficial
Rua Teodoro Sampaio, 22 - Centro - Brumado - BA
CEP 46.100-000 Tel. (77) 3441-5524
CNPJ 13.242.318/0001-20

11/30

08

**CERTIDÕES
CÍVEIS E
CRIMINAIS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

CNPJ: 14.105.704/0001-33

PRAÇA CEL. ZECA LEITE, 415, CENTRO

BRUMADO/BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS - DIVISÃO DE ARRECAÇÃO

65

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número: 1145

Dados do Contribuinte

Nome:

GILDAZIO MORENO SOARES

CNPJ/CP

[REDACTED]

Endereço

Logradouro Avenida JOAO PAULO I		Número 998	Bairro: PARQUE ALVORADA
Bloco	Apartamento	Complemento	
Cidade: BRUMADO		UF: BA	
Imovel: 3777	Inscrição geográfica: 01.04.013.0297.001		

EM CUMPRIMENTO A SOLICITAÇÃO DO(A) CONTRIBUINTE, ACIMA ESPECIFICADO(A), E RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE PESQUISAR, INSCREVER E COBRAR A QUALQUER TEMPO AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICAMOS PARA TODOS OS FINS EM DIREITO PERMITIDOS QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS TRIBUTÁRIOS, CONSTATAMOS NÃO EXISTIR DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA SOB A INSCRIÇÃO ACIMA EM NOME DO(A) MESMO(A)

Código de Controle

CWBKLR19MZNBVVC1

Validade

11/10/2018

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Brumado (BA), 13 de Julho de 2018

Praca Cel. Zeca Leite, 415 - Centro
Brumado (BA) - CEP: 46100000 - Fone: 7734411884

Página 1 de 1

12/30

66

Nº 94673



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
ESTADUAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado da Bahia**, que

N A D A C O N S T A

contra **GILDAZIO MORENO SOARES** nem contra o CPF: [REDACTED]

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações,
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (www.jfba.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Não foram incluídos na pesquisa os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 12/07/2018 às 17:22 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 12/07/2018, 17h22min.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br

14/30

67

Nº 94671



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
ESTADUAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado da Bahia**, que

N A D A C O N S T A

contra **GILDAZIO MORENO SOARES** nem contra o **CPF: 074.345.025-68**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações,
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (www.jfba.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Não foram incluídos na pesquisa os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 12/07/2018 às 17:21 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 12/07/2018, 17h21min.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA. Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br

15/30



12/07/2018

003178950

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

68

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS - PESSOA FÍSICA - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 003178950**FOLHA 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela Internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/sce/abrirConferencia.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 12/07/2018, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

GILDAZIO MORENO SOARES,

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quinta-feira, 12 de julho de 2018.

PEDIDO Nº:

003178950



16/30



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADO

CNPJ: 14.105.704/0001-33

PRAÇA CEL. ZECA LEITE, 415, CENTRO

BRUMADO/BAHIA

SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS - DIVISÃO DE ARRECAÇÃO

69

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número:3007

Dados do Contribuinte

Nome

VALDIQUE LIMA DIAS SOARES

CNPJ/CP

[REDACTED]

Endereço

Logradouro:

Rua DONIZETE MUZZI MEIRA

Número

65

Bairro

NOBRE

Bloco

Apartamento

Complemento

CASA

Cidade:

Brumado

UF:

BA

Inscrição Cadastra

1387

Inscrição geográfica:

EM CUMPRIMENTO A SOLICITAÇÃO DO(A) CONTRIBUINTE, ACIMA ESPECIFICADO(A), E RESSALVANDO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE PESQUISAR, INSCREVER E COBRAR A QUALQUER TEMPO AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICAMOS PARA TODOS OS FINS EM DIREITO PERMITIDOS QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS TRIBUTÁRIOS, CONSTATAMOS NÃO EXISTIR DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA SOB A INSCRIÇÃO ACIMA EM NOME DO(A) MESMO(A)

Código de Controle

CWAVA2RKH9QILSN1

Validade

11/10/2018

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Brumado (BA), 13 de Julho de 2018

Praça Cel. Zeca Leite, 415 - Centro
Brumado (BA) - CEP: 46100000 - Fone: 7734411884

Página 1 de 1

25/30

70

Nº 94669



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
ESTADUAL

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado da Bahia**, que

N A D A C O N S T A

contra **VALDIQUE LIMA DIAZ SOARES** nem contra o CPF: [REDACTED]

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (www.jfba.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Não foram incluídos na pesquisa os processos do PJe.

Certidão Emitida em 12/07/2018 às 17:20 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 12/07/2018, 17h20min.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA. Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br

27/30

31

Nº 94672



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA
ESTADUAL

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Criminais mantidos na **Seção ou Subseção Judiciária do Estado da Bahia**, que

N A D A C O N S T A

contra **VALDIQUE LIMA DIAS SOARES** nem contra o CPF: [REDACTED]

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado da Bahia (www.jfba.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Não foram incluídos na pesquisa os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 12/07/2018 às 17:22 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 12/07/2018, 17h22min.

Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2631 - Sussuarana
Centro Administrativo da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas,
CEP: 41213-000, Salvador-BA. Fone: (71) 3372-2187. e-Mail: nucju@ba.trf1.gov.br

28/30



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

12/07/2018

003178941

22

CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS - PESSOA FÍSICA - 1º GRAU

CERTIDÃO Nº: 003178941

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 12/07/2018, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

VALDIQUE LIMA DIAS SOARES,



Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quinta-feira, 12 de julho de 2018.

PEDIDO Nº:

003178941



30/30

09

**CERTIDÃO DE
CASAMENTO**



10

**DOCUMENTOS
DO INVENTÁRIO**



[illegible]

[REDACTED]

Dr. [redacted] from [redacted] Noto

1. The first step in the process is to identify the problem. This involves gathering information about the situation and determining what needs to be solved.



CARTÓRIO XAVIER

1. **Identify the main components of the system.** The system consists of a **central processing unit (CPU)**, **memory (RAM)**, **storage (hard drive)**, **input devices (keyboard, mouse)**, and **output devices (monitor, printer)**.

[REDACTED]
 [REDACTED]
 [REDACTED]

[REDACTED]



CARTÓRIO XAVIER

CARTÓRIO DE NOTAS CUMULADO COM FUNÇÕES DE PROTESTOS

Tabelião: **Manoel Francisco Xavier Neto**

BRUMADD - BAHIA

e-mail: cartorionotasxavier@hotmail.com

[illegible]

[REDACTED]

[REDACTED]



CARTORIO XAVIER

CARTÓRIO DE NOTAS CUMULADO COM FUNÇÕES DE PROTESTOS

Tabelião: *Marcel Francisco Xavier Neto*

BRUMADO - BAHIA

e-mail: cartorionotaxavier@hotmail.com

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

DECLARAÇÃO

[Redacted content]

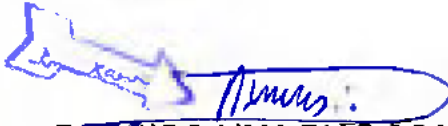
Assinatura...

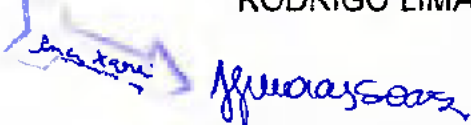
Assinatura em [assinatura]
Juliane Beite Soares
Juvenassos.

[Assinatura]

Oficiala Substituta do Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Brumado – Bahia.

Brumado – Bahia, 13 de setembro de 2018.


RODRIGO LIMA DIAS SOARES


JAQUELINE CASTRO GUIMARÃES SOARES


DANIELA LIMA DIAS SOARES


ERICKSON DIAS CAMBUÍ


ALESSANDRO LIMA DIAS SOARES


JULIANE LEITE SOARES

0541,AB407249-4
0541,AB407249-6
0541,AB407247-8

Tabelionato de Notas e Protesto de Brumado
Rua Abílio Leite, 120 - Tel.(077)3441-6143
Reconheço por SEMELHANÇA 0003 firma(s) de RODRIGO
LIMA DIAS SOARES, JAQUELINE CASTRO GUIMARÃES
SOARES, DANIELA LIMA DIAS SOARES.....
Emol: R\$ 7,38 Taxa: R\$ 4,41 Total: R\$12,90
Selo(s): 0541.AB 407247-8 0541.AB 407248-6 0541.AB 407249-4
— Em testemunho (Ana Xavier) da verdade.
ANA LAURENTINA XAVIER BRITO ESCRIVENTE
Brumado 17/09/2018

0541,AB407311-3
0541,AB407310-6

Tabelionato de Notas e Protesto de Brumado
Rua Abílio Leite, 120 - Tel.(077)3441-6143
Reconheço por SEMELHANÇA 0002 firma(s) de
ERICKSON DIAS CAMBUÍ, ALESSANDRO LIMA DIAS SOARES.....
Emol: R\$ 4,92 Taxa: R\$ 2,94 Total: R\$8,60
Selo(s): 0541.AB 407310-5 0541.AB 407311-3
— Em testemunho (Ana Xavier) da verdade.
ANA LAURENTINA XAVIER BRITO - ESCRIVENTE

0541 AB407050-5

Tabelionato de Notas e Protesto de Brumado
Rua Abílio Leite, 120 - Tel.(077)3441-6143
Reconheço por SEMELHANÇA 0001 firma(s) de JULIANE
LEITE SOARES (33129).....
Emol: R\$ 2,46 Taxa: R\$ 1,47 Total: R\$4,30
Selo(s): 0541.AB 407...
— Em testemunho (William Faria da Silva) da verdade.
WILLIAM FARIA DA SILVA ESCRIVENTE
Brumado 18/09/2018

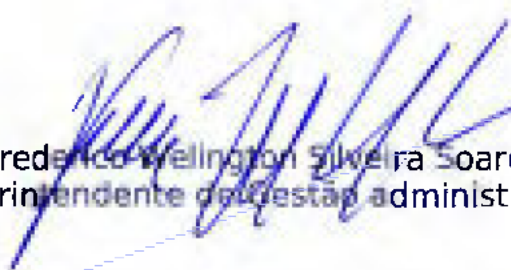


Ref SIMP Nº 003.0.33718/2018

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Engenharia e Arquitetura para ser juntado ao expediente de SIMP Nº 003.0.21565/2017, em andamento nessa Diretoria, bem como para análise e manifestação sobre o pleito.

Em 30 de outubro de 2018



Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Ref.: 003.0.21565/2017

TERMO DE APENSAMENTO

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, nesta Diretoria de Engenharia e Arquitetura, apenso a estes autos, a pedido da Superintendência de Gestão Administrativa, o processo protocolado sob nº 003.0.33718/2018, por se tratar de assunto correlato.


Leonardo Moraes de Araújo
Coordenador de Projetos
Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Ref.: SIMP 003.0.21565/2017
SIMP 003.0.33718/2018

DESPACHO

À Superintendência de Gestão Administrativa,

Retornamos o expediente, informando que a proprietária do imóvel pretendido aceitou fazer as intervenções sugeridas, por esta Diretoria de Engenharia e Arquitetura, e necessárias para que o imóvel atenda as necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia.

Segundo negociação com a proprietária do imóvel as intervenções a serem executadas são.

- Fechamento da garagem - para utilização da gerência regional;
- Construção de Sanitário para PCD (pessoas com deficiência) - na área onde hoje tem 02 sanitários;
- Retirada de sanitário de serviço - para ampliação da área de arquivo;
- Construção de sala de reunião (utilizando parte do jardim);
- Retirada de churrasqueira;
- Fechamento da varanda (pavimento superior) - transformar a área em gabinete de Promotoria de Justiça;

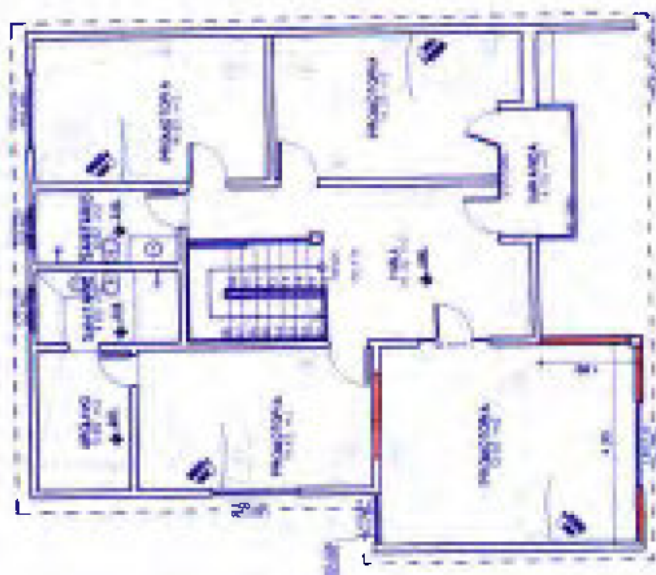
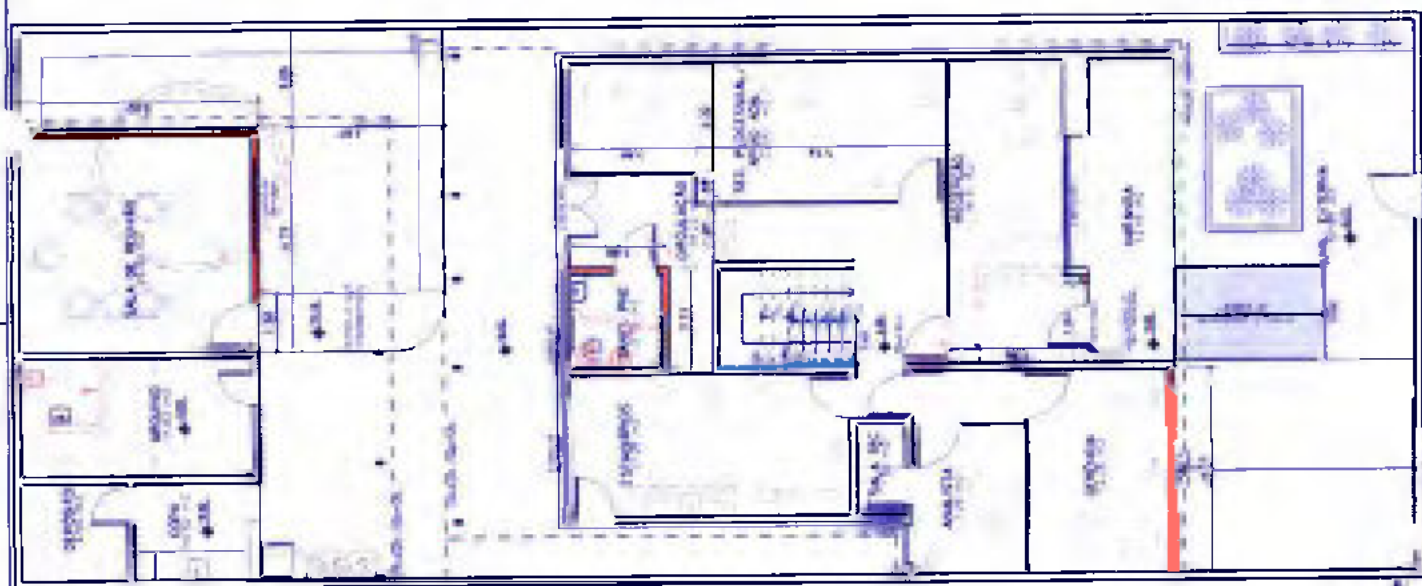
Segue, em anexo, a planta com as modificações sugeridas.

Assim sendo, retornamos o presente expediente para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Salvador, 20 de novembro de 2018.


LEONARDO MORAES DE ARAÚJO

Coordenador de Projetos
Diretoria de Engenharia e Arquitetura



LEGENDA

- | | |
|---|---|
|  | PARADE A PERMANECER |
|  | CEILOS PLACAS |
|  | PARADE DE ALVARIAS COM BLOCOS CERÂMICOS |
|  | DIAGNÓSTICA NAVAL A INSTALAR |



Ref. 003.0.21565/2017

DESPACHO

Encaminhe-se o presente à Diretoria Administrativa, para adoção das providências necessárias ao processo de locação do imóvel indicado.

Em 21 de novembro de 2018.


Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

Coordenação de Execução
Orçamentária Administrativa
Para providências
Em: 22/11/2018

Josias Marques Neto
Diretor Administrativo



Ref.: 003.0.31565/2017

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações para elaboração da minuta de contrato com a proposta de locação de imóvel, para abrigar a Promotoria de Justiça Regional de Brumado, contendo as reformas que deverão ser realizadas pela Sra. Valdique Lima Dias Soares, com valor mensal do aluguel fixado em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com 90 dias de carência, sendo 60 dias para as obras da reforma a serem realizadas pela proprietária do imóvel e 30 para complementações que serão realizadas pela equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura deste Ministério Público. Vale salientar que a reforma, de responsabilidade da proprietária do imóvel, deve ter a validação e aprovação da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, vinculada ao início da carência.

Salvador, 09 de janeiro de 2019.


Josias Marques Neto
Diretor Administrativo



Fls 92

Ref.: Dispensa – Locação de imóvel - Brumado
SIMP nº 003.0.21565/2017

DESPACHO

Encaminha-se o procedimento à Diretoria Administrativa, para aposição de capa específica (dispensa de licitação) e demais providências instrutórias cabíveis.

Ademais, junta-se ao procedimento minuta de contrato (em anexo) elaborada por esta Unidade e aprovada por essa Diretoria.

Salvador, 21 de janeiro de 2019.

Fernanda Valentim

Fernanda da Costa Peres Valentim
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento
de Contratos e Convênios
Mat. nº 352.831



CONTRATO DE LOCAÇÃO PREDIAL URBANA, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COM O LOCATÁRIO, E ESPÓLIO DE GILDAZIO MORENO SOARES, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

CONTRATO Nº XXX/201X – SGA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada a 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador – BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **ESPÓLIO DE GILDAZIO MORENO SOARES**, neste ato representado por sua inventariante, **Valdique Lima Dias Soares**, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED] residente e domiciliada à [REDACTED] [REDACTED] doravante denominado **LOCADOR**, com base no Processo de Dispensa de Licitação nº xxx/2019-DA, protocolado sob os nºs 003.0.21565/2017 e 003.0.33718/2018, que, independentemente de transcrição, integram este instrumento, e observadas as disposições da Lei Estadual-BA nº 9.433, de 01 de março de 2005, artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e suas alterações posteriores, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a Locação de Imóvel urbano pertencente, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça Regional de Brumado/BA, perfazendo área útil construída total de aproximadamente 325,00 m², situado à Avenida João Paulo I, nº 998, Nobre, Brumado/BA, o qual possui inscrição imobiliária municipal nº 01.04.013.0297.001 e matrícula 13.282 junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Brumado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101/0003	2000	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O preço unitário deste contrato será correspondente ao valor mensal do aluguel, no montante de **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais);

3.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente Contrato o valor anual de **R\$ 42.000,00** (quarenta e dois mil reais) e o valor global, para o período de 05 (cinco) anos, de **R\$ 210.000,00** (duzentos e dez mil reais);

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS



4.1 Os faturamentos mensais relativos ao objeto deste Contrato serão efetuados mediante apresentação de fatura ou nota de aluguel pelo **LOCADOR**, com indicação do mês sob referência, acompanhada das certidões e/ou documentações eventualmente cabíveis, e o respectivo pagamento se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

4.1.1 No caso de ausência de apresentação da fatura/nota de aluguel pelo **LOCADOR** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão;

4.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta **CLÁUSULA**, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

4.1.3 Somente serão exigíveis pagamentos em razão desta locação após o decurso do prazo de **60 (sessenta) dias**, contados de **01 de março de 2019**, desde que finalizadas todas as adaptações, de responsabilidade do **LOCADOR**, cabíveis no imóvel, além da entrega, ao **LOCATÁRIO**, do competente termo de **HABITE-SE**;

4.1.3.1 Considerando-se que o período acima consignado diz respeito ao prazo tanto para a conclusão das obras/adaptações a cargo do **LOCADOR** quanto para a expedição do termo de Habite-se, na hipótese de verificação de atraso na concretização de qualquer destas hipóteses, o marco inicial para exigibilidade de pagamento ficará automaticamente prorrogado, de modo a acrescer tantos dias quantos forem os de mora;

4.2 O **LOCATÁRIO** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

4.3 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo **LOCADOR**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

4.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IGPM/FGV pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 4.1.3 e 4.1.3.1, excetuando-se o período compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, por conta do fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, executado através do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia – FIPLAN;

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

5.1 A eventual concessão de reajustamento nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual – BA nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do termo inicial de vigência do contrato, mediante aplicação do IGPM/FGV, observadas as disposições legais, e ainda:

5.1.1 Utilizar-se-á, como referência para o cálculo da variação do índice IGPM-FGV, 12 (doze) meses de transcurso da vigência contratual, contados a partir do mês de **março de 2019**;

5.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM/FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado;

5.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples aposila, dispensando a celebração de aditamento;

5.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

5.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, por interesse do



LOCADOR, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo,

5.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual;

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 05 (cinco) anos, a começar em 01 de março de 2019 e a terminar em 28 de fevereiro de 2024, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante Aditivo Contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

7. O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

7.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme processo de dispensa de licitação que deu origem a este instrumento,

7.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**, excetuando-se aquelas realizadas no início da vigência contratual conforme disciplinado no item 7.1;

7.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto,

7.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

7.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

7.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

7.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

7.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

7.9 Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste contrato;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

8. O **LOCADOR** obriga-se a:

8.1 Entregar ao **LOCATÁRIO** o imóvel alugado em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina, em conformidade com as alterações exigidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, conforme projeto em anexo, relativas à execução dos serviços de:



- 8.1.1 Fechamento da garagem — para utilização da gerência regional;
- 8.1.2 Construção de sanitário para PCD (pessoas com deficiência) — na área onde atualmente existem 02 (dois) sanitários;
- 8.1.3 Retirada de sanitário de serviços — para ampliação da área de arquivos;
- 8.1.4 Construção da sala de reunião (utilizando parte onde atualmente encontra-se o jardim);
- 8.1.5 Fechamento da varanda do pavimento superior de modo a transformar a área em gabinete de Promotoria de Justiça;
- 8.1.6 Remoção dos armário e bancadas da cozinha, e relocação da bancada da pia na área onde será instalada a copa;
- 8.1.7 Demolição de trecho de alvenaria da sala, próximo a escada, para permitir a circulação interna da Promotoria;
- 8.1.8 Relocação do conjunto de esquadras de acesso ao imóvel e demolição de trecho de alvenaria existente, para permitir a instalação da recepção no local;
- 8.1.9 Construção de rampa de acesso a entrada do imóvel;
- 8.1.10 Remoção das pias e bancadas da área de serviço;
- 8.2 Executar no imóvel locado as reparações caracterizadas como úteis à manutenção de sua estrutura, desde que não constituam encargo do **LOCATÁRIO**;
- 8.3 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas, ressalvadas as reformas iniciais, a serem realizadas pelo **LOCATÁRIO**, necessárias à adequação do imóvel para sua plena utilização nos moldes do quanto pactuado neste instrumento;
- 8.4 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;
- 8.5 Responder pelos vícios ou defeitos **ESTRUTURAIS** identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;
- 8.6 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;
- 8.7 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- 8.8 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por eles efetuados;

CLÁUSULA NONA — TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

- 9.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**;
- 9.2 Incumbirá ao **LOCADOR**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste contrato, averbar este instrumento junto à matrícula do imóvel locado;
- 9.3 Na hipótese de alienação do imóvel, permanecerão em vigor todos os termos e efeitos do presente contrato. Ademais, deverá o **LOCADOR** fazer constar, em eventual contrato de promessa de compra e venda e na escritura de



compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância de todos os termos pactuados neste instrumento,

9.4 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9 433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente

10.2.1 Acompanhar a execução contratual, e determinar as providências necessárias a correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos,

10.2.2 Transmitir à **LOCADORA** instruções e requerimentos, além de lhe comunicar alterações de prazos e especificações, quando for o caso,

10.2.3 Emitir habilitações para o recebimento de pagamentos,

10.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **LOCADORA**, solicitando ao setor competente, se necessário, parecer de especialistas,

10.2.5 Fiscalizar a obrigação da **LOCADORA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato,

10.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o **LOCADOR** das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

11.1 O presente contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoroamento, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o **LOCATÁRIO**;

11.2 Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, sob as seguintes condições:

11.2.1 Caso a devolução seja informada antes de completados 12 (doze) meses de locação, deverá o **LOCATÁRIO** pagar multa correspondente a 02 (dois) meses de aluguel,

11.2.2 Caso a devolução se processe após o transcurso de 12 (meses) de locação, não haverá o pagamento de multa pelo **LOCATÁRIO**, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência;



11.3 A locação também poderá ser desfeita:

11.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

11.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

11.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos por culpa do **LOCATÁRIO**, o qual deverá responder pela mora e/ou prejuízos decorrentes, ressalvado o quanto disposto no item 4.4;

11.3.3.1 Esta disposição não se aplica a hipótese de ausência de pagamento por culpa do **LOCADOR**, observado o quanto disposto no item 4.1 e seus subitens;

11.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 Nas hipóteses de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o **LOCATÁRIO** tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o **LOCADOR** dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca:

12.1.1 A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de ônus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente;

12.1.2 O direito de preferência do **LOCATÁRIO** caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias;

12.1.3 Ocorrendo aceitação da proposta, pelo **LOCATÁRIO**, a posterior desistência do negócio pelos **LOCADOR** acarreta, a este, responsabilidade pelos prejuízos ocasionados, inclusive lucros cessantes;

12.2 O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação;

12.3 O **LOCATÁRIO** preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de 06 (seis) meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o contrato de locação esteja averbado pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel;

12.3.1 A averbação far-se-á à vista de qualquer das vias do contrato de locação desde que subscrito também por 02 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

13.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

13.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;

13.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que o **LOCADOR** assista o direito a qualquer indenização, salvo se



comprovada a culpa do **LOCATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14. O **LOCATÁRIO** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15. Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecera sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O **LOCATÁRIO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo **LOCADOR**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

16.2 A inadimplência do **LOCADOR**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **LOCATÁRIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

16.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº. 8.245/1991 e a Lei Estadual-BA nº 9 433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos

16.4 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que o subscreverem, para que produza seus efeitos legais

Salvador, ____ de _____ de 2019.

LOCATÁRIO

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

LOCADOR

ESPÓLIO DE GILDAZIO MORENO SOARES
Valdique Lima Dias Soares
Inventariante

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF:



SRD	Solicitação de Reserva de Dotação	40101.0003.19.00000001-0
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público		
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados	Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	Objeto LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS DESTINADO A ABRIGAR A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRUMADO, CONFORME DADM 002/2019, SIMP 1373/2019
Data do Cadastro: 22/01/2019	Situação: Iniciada	Integração Simpas: Não
Responsável da Unidade: JOSIAS MARQUES NETO	E-mail Responsável pela Unidade: JOSIAS NETO@MPBA.MP.BR	Telefone do Responsável pela Unidade: 31030118
Valor da SRD (R\$) *** 210.000,00	DUZENTOS E DEZ MIL REAIS ***** *****	
Justificativa:	Usuário de Alteração:	Data/Hora de Alteração:

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2019	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	38.500,00
2020	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	42.000,00
2021	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	42.000,00
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	42.000,00
2023	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	42.000,00
2024	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	3.500,00

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2019	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	1.464.100,62	38.500,00	1.425.600,62



Ref. 003.0.1373/2019

DESPACHO

De ordem do Superintendente de Gestão Administrativa, encaminhe-se o presente à Assessoria Técnico-Jurídica, para análise e manifestação, com posterior retorno a esta Superintendência.

Em 23 de janeiro de 2019.



Caroline Santana Silva

Apoio Técnico e Administrativo/AAGI/SGA
Mat. 352.218



PROCEDIMENTO Nº. 003.0.1373/2019 – PGJ

INTERESSADA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BRUMADO

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BRUMADO. APLICAÇÃO DO ART. 59, INCISO VII, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/05. PELO DEFERIMENTO

PARECER Nº. 72/2019

1. Trata-se de solicitação de autorização para contratação direta, através de Dispensa de Licitação, em favor do Espólio de Gildázio Moreno Soares, representado pela inventariante Valdíque Lima Dias Soares, visando à locação de imóvel urbano situado à Avenida João Paulo I, nº 998, Nobre, Brumado – BA, no valor mensal de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para a instalação da sede da Promotoria de Justiça Regional de Brumado.

2. A despesa correrá por conta do Projeto/Atividade 2000 – Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos –, Elemento 33.90.36, cujo saldo de dotação é de R\$ 2.882.964,47 (dois milhões oitocentos e oitenta e dois mil novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos).

3. Anexados ao pedido: autorização para dispensa de licitação; justificativa para contratação; proposta de locação; minuta do contrato locatício que se pretende firmar; documentos comprobatórios da titularidade do domínio do bem, certidão negativa de ônus

referente ao pretense imóvel; documentos atinentes ao inventário dos bens deixados por Gildazio Moreno Soares; relatório da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, pesquisa de mercado realizada pela Promotoria local; informações acerca da avaliação imobiliária; além de outros documentos relativos à avença.

4. Sobre a avaliação imobiliária e a pesquisa de mercado, manifesta-se a Promotora de Justiça Maria Salete Jued Moisés, Coordenadora da citada Regional, *in verbis*:

“Tendo em vista a ausência na Promotoria de Justiça Regional de Brumado de profissional capacitado para fornecer avaliação do imóvel a ser locado, (...) foi realizada pesquisa de mercado de imóveis de porte similar, (...) apesar de possuírem valor de locação similar ao do imóvel a ser locado, não atendem plenamente aos requisitos necessários para abrigar a sede do Escritório Regional de Brumado. (...)”

5. O Art. 59, VII, da Lei nº 9.433/05, dispõe:

Art 59 – “É dispensável a licitação:

(...)

VII – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;



6. Com efeito, tratando-se de locação de imóvel para atendimento das finalidades precípuas do Ministério Público, no que concerne ao funcionamento da citada unidade ministerial, resta comprovada a subsunção da circunstância fática à hipótese legal inclusive no tocante à compatibilidade do valor ofertado com a realidade local de mercado.

7. Na minuta contratual constam as cláusulas referentes ao objeto, dotação orçamentária, preço, condições de pagamento e retenção de tributos, reajustamento e revisão de preços, vigência, obrigações dos contratantes, tributos, direito de preferência, fiscalização, impedimento à utilização da imóvel, extinção da locação, publicidade, foro e disposições gerais, estando em conformidade com as disposições das legislações de regência.

8. Considerando que a presente hipótese enquadra-se no dispositivo legal citado, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela autorização para dispensa de licitação, aprovando a minuta de contrato apresentada.

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 23 de janeiro de 2018.


Bel.^a Maria Paula Simões Silva
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Matrícula 351.869


Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Matrícula 352.748



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



Ref.: 003.0.1373/2019

DESPACHO

Acolho o Parecer nº 72/2019 da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência, relativo à contratação, por dispensa de licitação, do espólio de Gildázio Moreno Soares, cujo objeto é a locação de imóvel urbano para fins não residenciais, para sediar a Promotoria de Justiça de Brumado.

Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria Administrativa para conhecimento e adoção das providências necessárias.

Em 28 de janeiro de 2019.


Frederico Wellington Silva Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

Recebido em:
29.01.2019


Maria Maria
Assistente de Gestão
Mat. 353.176



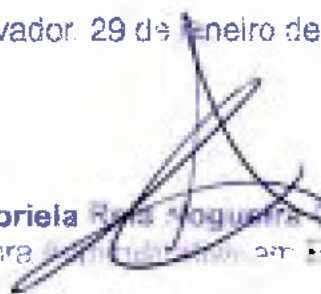
Ref.: 003.0 1373/2019

DESPACHO

Tendo em vista o despacho de fls. 100 da Superintendência de Gestão Administrativa autorizando a contratação, por dispensa de licitação, para a locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, para o funcionamento da Promotoria de Justiça Regional de Brumado, encaminhe-se o referido expediente para a Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para providenciar:

- ☒ empenho, quando couber;
- ☒ em articulação com a unidade responsável pela gestão/fiscalização, a entrega do Instrumento Contratual e/ou Empenho ao fornecedor, quando couber;
- ☒ envio de cópia do Instrumento Contratual e/ou Empenho e seus anexos para a unidade responsável pela fiscalização/execução;
- ☐ junto ao fornecedor, o documento comprobatório da garantia;
- ☒ demais providências pertinentes.

Salvador, 29 de Janeiro de 2019.


Ana Gabriela Reis Figueira Pinçalves
Diretora Administrativa em Exercício



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA



Ref.: Contrato nº 016/2019 – SGA

SIMP nº 003.0.1373/2019 e 003.0.21565/2017

DESPACHO

Encaminho o expediente à Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa, com **02 (duas) vias do Contrato nº 016/2019 – SGA**, bem como cópias da publicação do respectivo resumo no Diário da Justiça Eletrônico nº 2.331 do dia 27/02/2019.

Oportunamente, encaminho a publicação da Portaria de nº 078/2019, designatória do fiscal e respectivo suplente do mencionado ajuste

Salvador, 19 de março de 2019.

Paula S. de Paula Marques
Paula Souza de Paula Marques

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento
de Contratos e Convênios
Mat. nº 353.433



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 016/2019-SGA



CONTRATO DE LOCAÇÃO PREDIAL URBANA, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COMO LOCATÁRIO, E ESPÓLIO DE GILDAZIO MORENO SOARES, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº 016/2019 - SGA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada a 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **ESPÓLIO DE GILDAZIO MORENO SOARES**, neste ato representado por sua inventariante, **Valdique Lima Dias Soares**, inscrita no CPF/MF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliada à Rua Donizete Muzzi Meira, nº 65, Nobre, Brumado - BA, doravante denominado **LOCADOR**, com base no Processo de Dispensa de Licitação nº xxx/2019-DA, protocolado sob os nºs. 003.0.21565/2017 e 003.0.33718/2018, que, independentemente de transcrição, integram este instrumento, e observadas as disposições da Lei Estadual-BA nº 9.433, de 01 de março de 2005, artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº. 8.245, de 18 de outubro de 1991, e suas alterações posteriores, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a Locação de Imóvel Urbano pertencente, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça Regional de Brumado/BA, perfazendo área útil construída total de aproximadamente 325,00 m², situado à Avenida João Paulo I, nº 998, Nobre, Brumado/BA, o qual possui inscrição imobiliária municipal nº 01.04.013.0297.001 e matrícula 13.282 junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Brumado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101/0003	2000	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço unitário deste contrato será correspondente ao valor mensal do aluguel, no montante de **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais);

3.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente Contrato o valor anual de **R\$ 42.000,00** (quarenta e dois mil reais) e o valor global, para o período de 05 (cinco) anos, de **R\$ 210.000,00** (duzentos e dez mil reais);

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS



4.1 Os faturamentos mensais relativos ao objeto deste Contrato serão efetuados mediante apresentação de fatura ou nota de aluguel pelo **LOCADOR**, com indicação do mês sob referência, acompanhada das certidões e/ou documentações eventualmente cabíveis, e o respectivo pagamento se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

4.1.1 No caso de ausência de apresentação da fatura/nota de aluguel pelo **LOCADOR** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão;

4.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta **CLÁUSULA**, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

4.1.3 Somente serão exigíveis pagamentos em razão desta locação após o decurso do prazo de **60 (sessenta) dias**, contados de **01 de março de 2019**, desde que finalizadas todas as adaptações, de responsabilidade do **LOCADOR**, cabíveis no imóvel, além da entrega, ao **LOCATÁRIO**, do competente termo de **HABITE-SE**;

4.1.3.1 Considerando-se que o período acima consignado diz respeito ao prazo tanto para a conclusão das obras/adaptações a cargo do **LOCADOR** quanto para a expedição do termo de Habite-se, na hipótese de verificação de atraso na concretização de qualquer destas hipóteses, o marco inicial para exigibilidade de pagamento ficará automaticamente prorrogado, de modo a acrescer tantos dias quantos forem os de mora;

4.2 O **LOCATÁRIO** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

4.3 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo **LOCADOR**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

4.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do **IGPM/FGV** pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens **4.1.3** e **4.1.3.1**, excetuando-se o período compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, por conta do fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, executado através do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia – **FIPLAN**;

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

5.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual – BA nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do termo inicial de vigência do contrato, mediante aplicação do **IGPM/FGV**, observadas as disposições legais, e ainda:

5.1.1 Utilizar-se-á, como referência para o cálculo da variação do índice **IGPM-FGV**, 12 (doze) meses de transcurso da vigência contratual, contados a partir do mês de março de 2019;

5.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o **IGPM/FGV**, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado;

5.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

5.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravamento imprevisto, fato de administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

5.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, por interesse do





LOCADOR, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

5.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual;

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato será de 05 (cinco) anos, a começar em 01 de março de 2019 e a terminar em 28 de fevereiro de 2024, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante Aditivo Contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

7. O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

7.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme processo de dispensa de licitação que deu origem a este instrumento;

7.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**, excetuando-se aquelas realizadas no início da vigência contratual conforme disciplinado no item 7.1,

7.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e correspondente taxa de esgoto,

7.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

7.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

7.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

7.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

7.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

7.9 Responsabilizar-se pela contratação de seguro do imóvel locado contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e danos elétricos, pelo período de vigência deste contrato;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

8. O **LOCADOR** obriga-se a:

8.1 Entregar ao **LOCATÁRIO** o imóvel alugado em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina, em conformidade com as alterações exigidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, conforme projeto em anexo, relativas à execução dos serviços de:





- 8.1.1 Fechamento da garagem – para utilização da gerência regional;
- 8.1.2 Construção de sanitário para PCD (pessoas com deficiência) – na área onde atualmente existem 02 (dois) sanitários;
- 8.1.3 Retirada de sanitário de serviços – para ampliação da área de arquivos;
- 8.1.4 Construção da sala de reunião (utilizando parte onde atualmente encontra-se o jardim);
- 8.1.5 Fechamento da varanda do pavimento superior de modo a transformar a área em gabinete de Promotoria de Justiça;
- 8.1.6 Remoção dos armário e bancadas da cozinha, e relocação da bancada da pia na área onde será instalada a copa,
- 8.1.7 Demolição de trecho de alvenaria da sala, próximo a escada, para permitir a circulação interna da Promotoria;
- 8.1.8 Relocação do conjunto de esquadrias de acesso ao imóvel e demolição de trecho de alvenaria existente, para permitir a instalação da recepção no local,
- 8.1.9 Construção de rampa de acesso a entrada do imóvel,
- 8.1.10 Remoção das pias e bancadas da área de serviço;

8.2 Executar no imóvel locado as reparações caracterizadas como úteis à manutenção de sua estrutura, desde que não constituam encargo do **LOCATÁRIO**;

8.3 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas, ressalvadas as reformas iniciais, a serem realizadas pelo **LOCATÁRIO**, necessárias à adequação do imóvel para sua plena utilização nos moldes do quanto pactuado neste instrumento;

8.4 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, ficando sob sua inteira responsabilidade o pagamento de quaisquer tributos relativos ao mesmo, ainda que venham a ser instituídos após a celebração deste Contrato;

8.5 Responder pelos vícios ou defeitos **ESTRUTURAIS** identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

8.6 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

8.7 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

8.8 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por eles efetuados;

CLÁUSULA NONA - TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

9.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**;

9.2 Incumbirá ao **LOCADOR**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste contrato, averbar este instrumento junto à matrícula do imóvel locado;

9.3 Na hipótese de alienação do imóvel, permanecerão em vigor todos os termos e efeitos do presente contrato.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONTRATO 016/2019-SGA

Ademais, deverá o **LOCADOR** fazer constar, em eventual contrato de promessa de compra e venda e na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância de todos os termos pactuados neste instrumento;

9.4 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento,

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Acompanhar a execução contratual, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir à **LOCADORA** instruções e requerimentos, além de lhe comunicar alterações de prazos e especificações, quando for o caso;

10.2.3 Emitir habilitações para o recebimento de pagamentos;

10.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **LOCADORA**, solicitando ao setor competente, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.5 Fiscalizar a obrigação da **LOCADORA** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o **LOCADOR** das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

11.1 O presente contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoronamento, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o **LOCATÁRIO**;

11.2 Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, sob as seguintes condições:

11.2.1 Caso a devolução seja informada antes de completados 12 (doze) meses de locação, deverá o **LOCATÁRIO** pagar multa correspondente a 02 (dois) meses de aluguel;

11.2.2 Caso a devolução se processe após o transcurso de 12 (meses) de locação, não haverá o pagamento de multa pelo **LOCATÁRIO**, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 60 (sessenta) dias



de antecedência;

11.3 A locação também poderá ser desfeita:

11.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes,

11.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte,

11.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos por culpa do **LOCATÁRIO**, o qual deverá responder pela mora e/ou prejuízos decorrentes, ressalvado o quanto disposto no item 4.4;

11.3.3.1 Esta disposição não se aplica à hipótese de ausência de pagamento por culpa do **LOCADOR**, observado o quanto disposto no item 4.1 e seus subitens;

11.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 Nas hipóteses de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o **LOCATÁRIO** tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o **LOCADOR** dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca;

12.1.1 A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de ônus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente;

12.1.2 O direito de preferência do **LOCATÁRIO** caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias,

12.1.3 Ocorrendo aceitação da proposta, pelo **LOCATÁRIO**, a posterior desistência do negócio pelos **LOCADOR** acarreta, a este, responsabilidade pelos prejuízos ocasionados, inclusive lucros cessantes;

12.2 O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação;

12.3 O **LOCATÁRIO** preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de 06 (seis) meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o contrato de locação esteja averbado pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel;

12.3.1 A averbação far-se-á à vista de qualquer das vias do contrato de locação desde que subscrito também por 02 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

13.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

13.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente a realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;



13.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que o LOCADOR assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do LOCATÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14. O LOCATÁRIO será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15. Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O LOCATÁRIO não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo LOCADOR, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

16.2 A inadimplência do LOCADOR, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao LOCATÁRIO a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

16.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº. 8.245/1991 e a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos.

16.4 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que o subscreverem, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 04 de fevereiro de 2019.

LOCATÁRIO

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

LOCADOR

ESPÓLIO DE GILDAZIO MORENO SOARES
Valdique Lima Dias Soares
inventariante

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

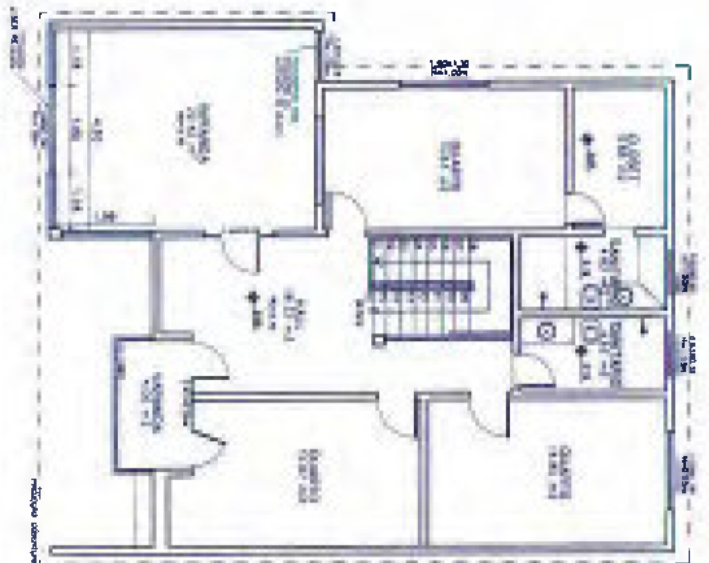
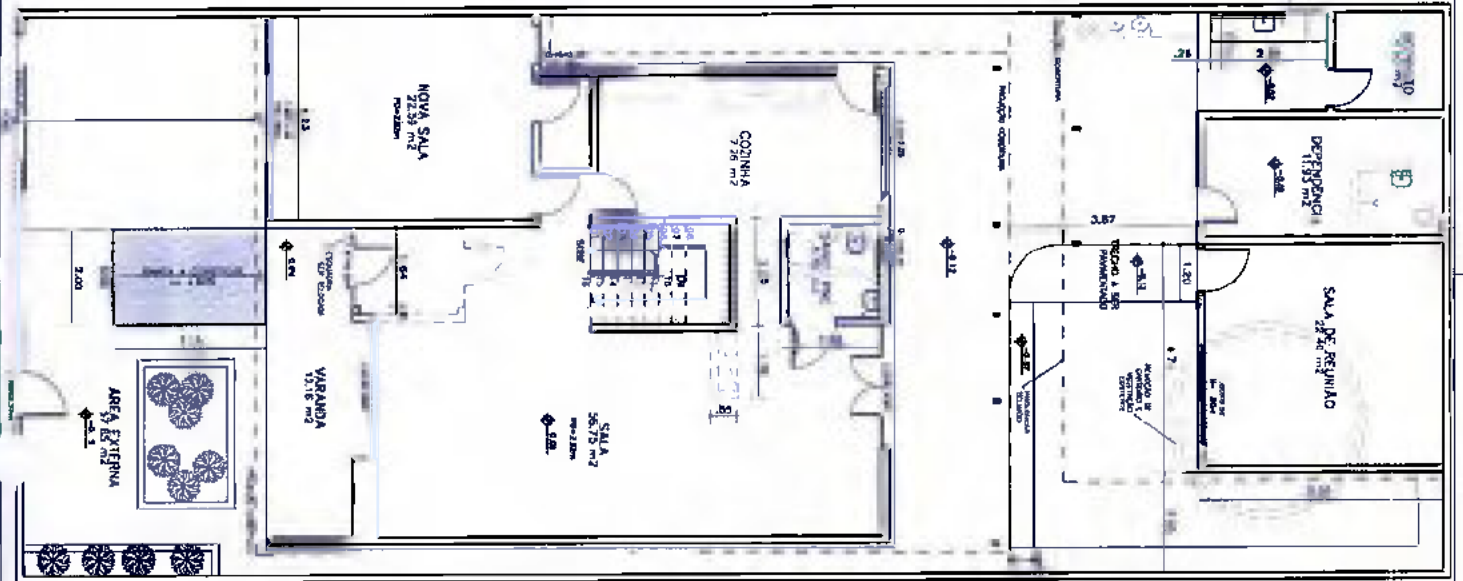
Nome:

CPF/MF:

2ª Testemunha:

Nome:

CPF/MF:



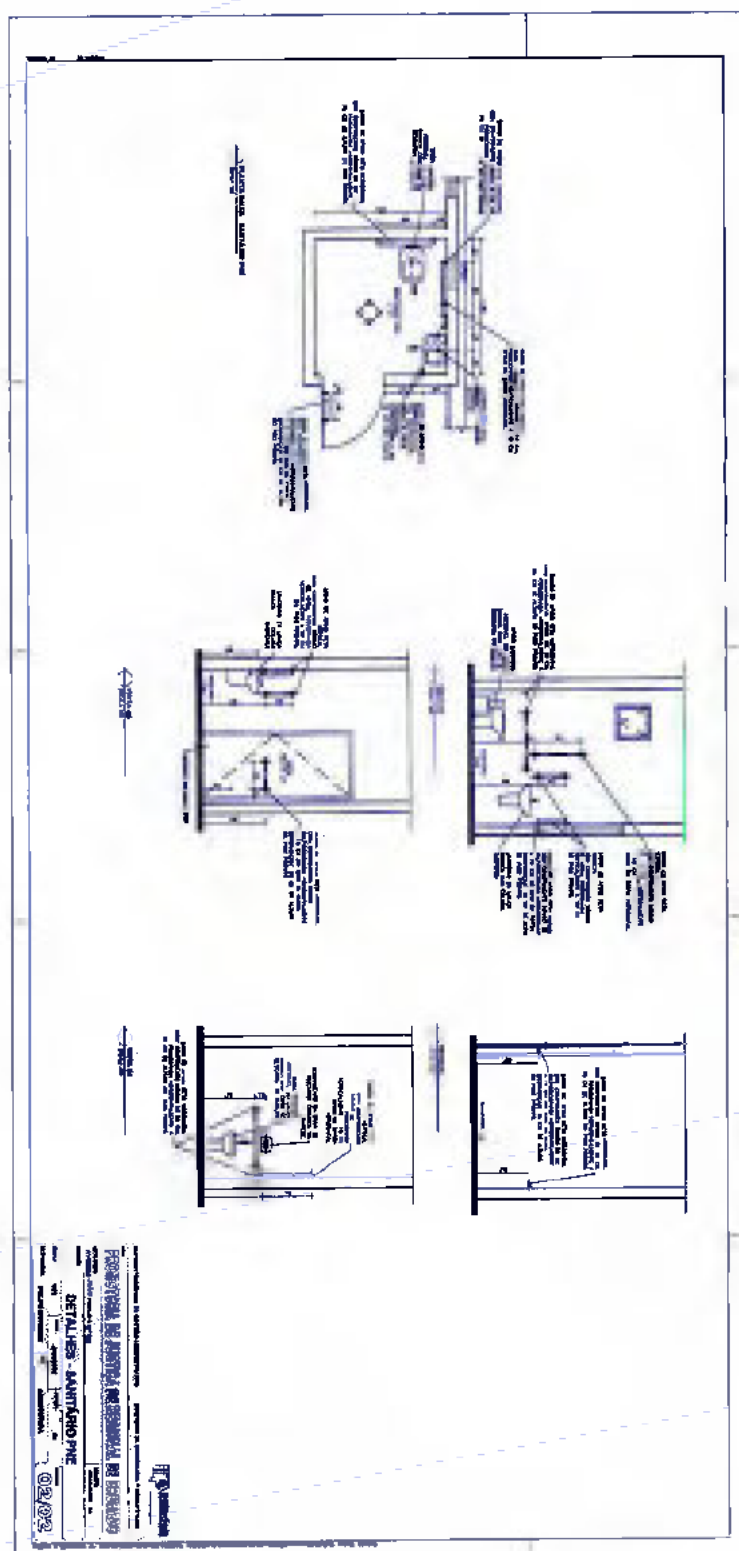
PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO

ESCALA UN

LEGENDA

- PARADE A PERMANECER
DEMOURA E RENOVAAÇÃO**

[illegible]



**RESUMO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA**

Processo: 003.0.12827/2017.

Parecer jurídico: 020/2019.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Instituto Direito e Cidadania do Baixo Sul da Bahia(IDC), CNPJ nº 06.278.026/0001-82.

Objeto do Termo de Cooperação: A realização de ações integradas entre o MPE/BA e o IDC, em toda a sua área de atuação, especialmente no âmbito do Programa "Saúde + Educação: Transformando o Novo Milênio" e do Projeto "Saber Melhor - Fortalecendo os Conselhos Municipais de Educação" no Estado da Bahia.

Vigência: 02 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura.

RESUMO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, CNPJ nº 08.011.968/000-25. Objeto: Publicizar a prorrogação automática do prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre as partes, que tem por finalidade o compartilhamento de metodologias e referências técnicas sobre a produção e disseminação de dados e estatísticas associadas aos temas Justiça Criminal e Segurança Pública e Defesa Social. Vigência: Prorrogada por mais 12 (doze) meses, a contar de 10/04/2019.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 88/2018 - Proc. SIMP nº 003.0.24662/2018. Objeto: prestação de serviços de locação de 1 (uma) plataforma de comunicação composta de uma central telefônica digital CPA-T- temporal (TDM-PCM/IP) com possibilidade de utilização da tecnologia de voz sobre IP em rede LAN/MAN/WAN, por meio de interface/equipamento incorporado à central, e de aparelhos telefônicos digitais, incluindo a instalação, configuração, programação, testes dos equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, além de todos os materiais de consumo e treinamento necessários à plena execução dos serviços. Licitante vencedora: NICE SOLUTIONS TELECOMUNICAÇÕES DO NORDESTE LTDA, CNPJ 07.536.269/0001-36. Valor Ofertado R\$ 49.560,00. Data da homologação: 26/02/2019. Salvador/Ba, 26/02/2019. Frederico Wellington Silveira Soares - Superintendente

RESUMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO - CONTRATO Nº 016/2019-SGA

Processo: 0030.21565/2017 e 003.0.33718/2018 - Dispensa de Licitação nº 002/2019-DA

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia, como locatário, e Espólio de Gildazio Moreno Soares, como locador.

Objeto: Locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça Regional de Brumado.

Valor mensal (aluguel): R\$ 3.500 (três mil e quinhentos reais).

Valor global estimado (cinco anos) R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/DE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.36.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado.

Prazo de vigência: 05 (cinco) anos, a começar em 01 de março de 2019 e a terminar em 28 de fevereiro de 2024.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Procedimento nº 003.0.28110/2018 - A Coordenação de Licitação do Ministério Público do Estado da Bahia toma público, para conhecimento dos interessados, que o PREGÃO ELETRÔNICO nº 85/2018 - Objeto: aquisição de veículo tipo Van, restou FRACASSADO. Salvador-BA, 26/02/2019. Tatiane Melo - Pregoeiro Oficial.



PORTARIA Nº 76/2019

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Carlos Leone Xavier Ramos, matrícula 352.472, e Thomas Santos Ferreira, matrícula 352.998, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 029/2019-SGA, relativo aos serviços de lavagem de veículos oficiais para a Promotoria de Justiça Regional de Feira de Santana

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 14 de março de 2019

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 078/2019

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Thiago de Carvalho Gondim Cayres, matrícula 352.390, e Vinicius Machado Garcia, matrícula 352.629, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 016/2019-SGA, relativo à locação de imóvel urbano para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça Regional de Brumado.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 14 de março de 2019.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 11/2019, UASG 926302 - Processo nº 003.0.2249/2019 Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de condicionador de ar, conforme especificações contidas no edital e seus anexos Parecer Tec/Jurídico nº 234/2019, Data de Homologação: 14/03/2019. Licitante vencedor: JLM DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 27.602.029/0001-08, com valor total do grupo em R\$ 182.689,30. Salvador/Ba, 15/03/2019 Frederico Wellington Silveira Soares - Superintendente.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2019 - SIMP nº 003.0.2249/2019 Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de condicionador de ar, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. A Superintendência de Gestão Administrativa do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através da DCCL - Coordenação de Licitação, convoca a empresa JLM DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 27.602.029/0001-08, para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 08/2019, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar desta publicação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05. Salvador-BA, 15/03/2019.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2019 - UASG 926302 - Procedimento nº 003.0.1192/2019 Objeto: registro de preços para futura aquisição materiais de pintura, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Parecer Tec/Jurídico nº 236/2019, Data de Homologação: 14/03/2019. Licitante vencedor: F REIS DISTRIBUIDORA DE TINTAS EIRELI, CNPJ: 15.025.286/0001-37, com valor total do grupo 1 em R\$ 4.869,50 e do grupo 2 em R\$ 20.633,50. Salvador/Ba, 15/03/2019. Frederico Wellington Silveira Soares - Superintendente.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2019 - UASG 926302 - Procedimento nº 003.0.39978/2018. Objeto: registro de preços para futura aquisição de toner e kit fotocondutor para impressoras Lexmark, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Parecer Tec/Jurídico nº 235/2019, Data de Homologação: 14/03/2019. Licitante vencedor: FIVE PRINT COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 10.612.367/0001-10, com valor total do grupo em R\$ 43.507,50. Salvador/Ba, 15/03/2019 Frederico Wellington Silveira Soares - Superintendente

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 14/2019 - UASG 926302 - Procedimento nº 003.0.2380/2019. Objeto: Registro de Preços de Material de Madeira, conforme edital e seus anexos. Abertura das propostas no dia 28/03/2019 às 14:30 horas (Horário de Brasília - DF) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Obs: O Edital e seus Anexos poderão ser adquiridos nos sites: <http://www.mpba.mp.br> e www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações com a Coordenação de Licitação através do e-mail licitacao@mpba.mp.br. Salvador-Ba, 15/03/2019. Gerson Yamashita - Equipe de Apoio - Coordenação de Licitação.



INT		Instrumento Contratual		40101.0003.19.0000056-1	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
Tipo de Despesa: Compras e Serviços					
Tipo Instrumento: Contrato		Número da LID: 40101 0003.19.0000001-6		Modalidade Licitação Dispensa - art. 59	
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS DESTINADO A ABRIGAR A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BRUMADO, CONFORME DADM 002/2019, SIMP 1373-2019, CONTRATO Nº 16/2019-SGA					
Data Celebração: 26/02/2019		Data Publicação na DOE: 27/02/2019		Nº do Instrumento no SiGAP. Número do Contrato/Convênio: 16/2019	
Data Início: 01/03/2019		Data Término: 28/02/2024		Nº SRD: 40101 0003.19 0000001-0 Situação: Ativo	
Nome da Unidade Administrativa (UA): DIRETORIA ADMINISTRATIVA					
Responsável pela UA: JOSIAS MARQUES NETO					
Email do Responsável pela UA: JOSIAS.NETO@MPBA.MP.BR				Telefone do Responsável pela UA: 31030118	
Valor total do Instrumento (R\$) *** 210.000,00				DUZENTOS E DEZ MIL REAIS *** ** * *** ** *	

LOTES

Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS
	210.000,00	Não				0,00

DADOS CREDOR

DADOS CREDOR			
Código:	2018076900		
Nome:	Valdique Lima Dias Soares		
CPF/ CNPJ:	00.008.502/3585-53	Insc. Estadual:	0121482707
Responsável no Credor:	Valdique Lima Dias Soares	E-mail Responsável:	

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2019	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	GERAL	38.500,00
2020	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	GERAL	171.500,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Dotação Orçamentária: 40101 0003 03 122 503 2000 9900 33903600 0100000000.1		
Parcela:	Data Vencimento	Valor (R\$):
1	01/05/2019	4.812,50
2	01/06/2019	4.812,50



7	01/07/2019	4.812,50
8	01/08/2019	4.812,50
9	01/09/2019	4.812,50
6	01/10/2019	4.812,50
	01/11/2019	4.812,50
8	01/12/2019	4.812,50
Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.1900.33903600.01.00000000.1		
Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	01/01/2019	14.291,67
2	01/02/2019	14.291,67
3	01/03/2019	14.291,67
4	01/04/2019	14.291,67
5	01/05/2019	14.291,67
6	01/06/2019	14.291,67
7	01/07/2019	14.291,67
8	01/08/2019	14.291,67
9	01/09/2019	14.291,67
10	01/10/2019	14.291,67
11	01/11/2019	14.291,67
12	01/12/2019	14.291,67